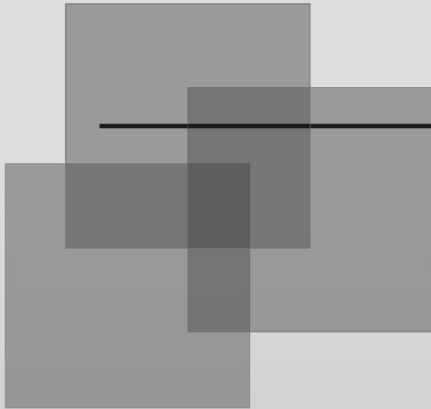




SEPLAN
SECRETARIA
DO PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO

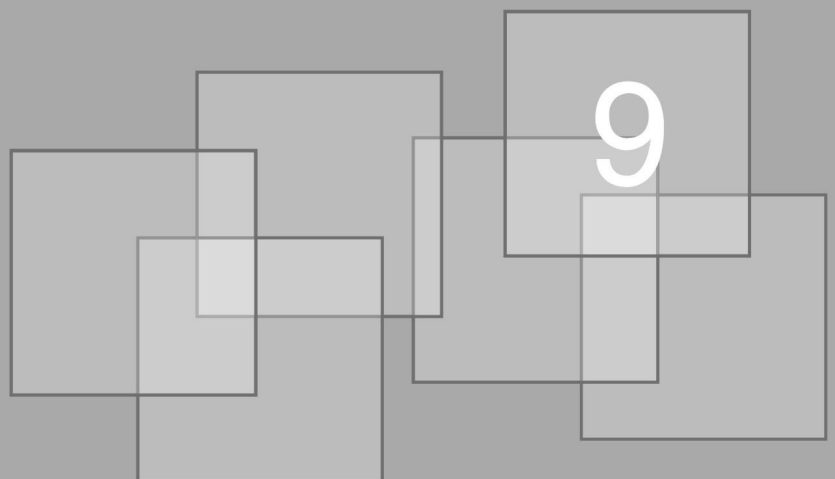


ESTADO DE GOIÁS



CONJUNTURA ECONÔMICA GOIANA

Boletim Trimestral



Agosto - 2006

GOVERNO DE GOIÁS

Alcides Rodrigues Filho

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

José Carlos Siqueira

CHEFIA DE GABINETE

Leônidas de Lima Neto

SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA

Humberto Tannús Júnior

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTATÍSTICA, PESQUISA E INFORMAÇÃO

Lillian Maria Silva Prado

CONSELHO EDITORIAL

Lillian Maria Silva Prado

Marcelo Ladvoat

Paulo Borges Campos Jr.

COORDENAÇÃO

Marcos Fernando Arriel

EQUIPE TÉCNICA

Alex Salvino Dias

Dinamar Maria Ferreira Marques

Lillian Maria Silva Prado

Lucelena Fátima de Melo

Marcelo Cardoso da Silva

Marcos Fernando Arriel

REVISÃO

Macário de Paiva Neto

CAPA

Alex Salvino Dias

FOTOS

Cleomar Gonçalves do Nascimento

José Antônio Pereira Neto

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores.
As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da

Conjuntura Econômica Goiana, n. 09 - (2004-).
Goiânia: Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento, 2006.
53p. : il

Trimestral

ISSN 1807-4871

CDU; 338



SEPLAN
SECRETARIA
DO PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO



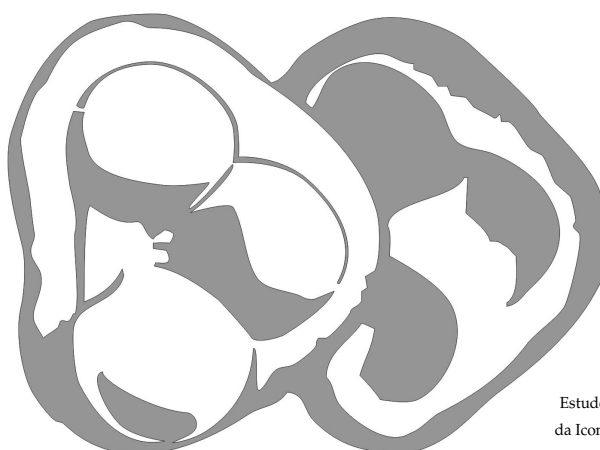
Sepin
Superintendência de Estatística
Pesquisa e Informação

Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira nº 3 Centro
CEP 74.003-010 - Goiânia - Goiás
Tel: (62) 3201-7878
Internet: www.seplan.go.gov.br/sepim
e-mail: sepim@seplan.go.gov.br

Sumário

<i>A economia Goiana no primeiro semestre de 2006</i>	2
<i>O Sistema Fieg e a Qualificação Profissional de Recursos Humanos para a Indústria</i>	11
<i>Movimento Goiás Competitivo</i>	13
<i>Economia do Setor Lácteo do Estado de Goiás</i>	15
<i>Gestão da Qualidade Ambiental dos Recursos Hídricos de Goiânia</i>	19
<i>Desenvolvimento Sustentável na Perspectiva Estatal</i>	24
<i>Adoção de Tecnologias na Agricultura em Goiás - o caso do Manejo Integrado de Pragas (MIP)</i>	28
<i>Avaliação da Eficácia da Política de Reserva Legal</i>	34
<i>Governo Sistêmico: Modelo de Gestão em Rede de Goiás</i>	40
<i>Análise das Empresas de Transporte Rodoviário de Passageiros Intermunicipal do Sul do Estado de Goiás</i>	45

Fruto do Pequi
"Caryocar brasiliense"



Estudo dos Elementos
da Iconografia de Goiás
- Sebrae-GO

Economia Goiana no primeiro semestre de 2006

Equipe de Conjuntura - Seplan*

A economia brasileira demonstrou no primeiro semestre de 2006 uma certa blindagem em relação aos eventos políticos. Mesmo em um momento conturbado, em que houve a queda do ministro da Fazenda não foram verificados sobressaltos nos aspectos econômicos, em decorrência dos fundamentos macroeconômicos garantirem solvência do País, tornando-o menos vulnerável a choque externos. Os aspectos que mais influenciaram os rumos do mercado foram as questões relativas ao ambiente externo. No cenário externo o que mais impactou na economia foram as incertezas sobre os rumos da economia norte-americana, em especial sobre os juros que apresentaram um quadro de elevação devido a temores de um aumento na inflação ocasionado principalmente pela combinação entre uma economia aquecida e os elevados preços do petróleo. A elevação dos juros levou os agentes a temerem por uma desaceleração da economia americana com reflexos na economia mundial, com conseqüente queda no comércio exterior impactando negativamente no crescimento de países emergentes. Outra conseqüência deste aumento dos juros foi uma considerável saída de recursos estrangeiros que estavam aplicados em mercados financeiros de países emergentes, sendo que no caso do Brasil a saída foi intensa, com uma forte redução, principalmente na Bovespa.

No que tange ao comércio externo, apesar do câmbio, o País continuou ampliando as exportações, porém com redução no ganho de exportadores de *commodities*, sendo visível a ampliação nas importações de bens de consumo, principalmente da China.

No Estado de Goiás, o aspecto mais relevante,

é a crise do setor agrícola que tem impactado de forma muito negativa em diversas regiões do Estado afetando a renda local, pois tal segmento tem um peso considerável na economia goiana. Em relação à indústria o resultado no primeiro semestre foi inferior à média nacional, o que somado à situação da agricultura mostra um quadro não muito favorável para a economia como um todo, sendo que o comércio externo tem sido o principal destaque, apesar da forte concentração das exportações em poucos produtos.

Indústria

O crescimento da produção industrial brasileira no primeiro semestre de 2006, em relação ao mesmo semestre de 2005 foi de 2,63%, apresentou taxas positivas em 11 das 14 localidades pesquisadas, conforme pesquisa industrial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. O crescimento ocorreu: Pará (13,45%), Ceará (7,21%), Bahia (5,94%), Espírito Santo (4,73%), Pernambuco (4,72%), Minas Gerais (4,60%), São Paulo (3,36%) Rio de Janeiro, Região Nordeste (3,33%) e Goiás (1,53%). O desempenho destes locais foi devido ao dinamismo das exportações (minério de ferro, produtos siderúrgicos, petróleo, celulose e açúcar) e a presença importante de atividades produtoras de bens de consumo (duráveis e de semi e não duráveis). Apresentaram recuo as seguintes localidades: Rio Grande do Sul (-3,90%), Paraná (-3,73%), Amazonas (-2,65%) e Santa Catarina (-0,98%).

O lento crescimento da indústria brasileira, segundo especialistas, tem sido atribuído ao resultado do câmbio, que permite a importação de itens que antes eram produzidos localmente.

A indústria goiana no primeiro semestre de 2006 cresceu apenas 1,59%, comparado ao mesmo semestre de 2005. Este crescimento foi sustentado

* Dinamar Maria Ferreira Marques, Marcelo Cardoso da Silva, Marcelo Eurico de Sousa, Maria de Fátima Mendonça Faleiro Rocha e Marcos Fernando Arriel



Tabela 1
Indicadores da Produção Industrial - Resultados Regionais Indústria Geral

(Base: Igual período do ano anterior=100)

Brasil, Região Geográfica e Unidade da Federação	Variação (%)	
	2005	2006
	1º Semestre	1º Semestre
Brasil	5,02	2,63
Nordeste	4,66	3,33
Amazonas	20,21	-2,65
Pará	5,20	13,45
Ceará	6,07	7,21
Pernambuco	1,85	4,72
Bahia	2,48	5,94
Minas Gerais	7,78	4,60
Espírito Santo	3,16	4,73
Rio de Janeiro	1,29	3,33
São Paulo	6,26	3,36
Paraná	8,46	-3,73
Santa Catarina	6,50	-0,98
Rio Grande do Sul	-3,15	-3,90
Goiás	6,88	1,53

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa.

pela indústria de transformação (3,37%), uma vez que a indústria extrativa apresentou forte queda de (-16,51%), pressionada pelo comportamento do amianto. Vale ressaltar que este segmento vem apresentando recuo desde julho de 2005, influenciado, principalmente, pela valorização do real frente ao dólar, sendo que 40% da produção de amianto são destinados à exportação.

O resultado de 1,59% esteve apoiado na expansão dos quatro ramos da indústria de transformação (3,37%). As principais contribuições positivas vieram de alimentos e bebidas (0,70%), refletindo a maior produção de cervejas e chope, e refrigerantes; e produtos químicos (15,66%), por conta, principalmente, do aumento na fabricação de medicamentos e sabões.

Tabela 2
Estado de Goiás: Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física

(Base: Igual período do ano anterior=100)

Segmentos	Variação (%)	
	2005	2006
	1º Semestre	1º Semestre
Indústria extrativa	10,32	-16,51
Indústria de transformação	6,55	3,37
Alimentos e bebidas	8,39	0,70
Produtos químicos	-6,90	15,66
Minerais não-metálicos	4,38	5,62
Metalurgia básica	11,83	10,11
Indústria geral	6,88	1,59

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa.

Comércio Varejista

Os dados do comércio varejista ampliado brasileiro (tabelas 3 e 4) apresentaram no primeiro semestre de 2006, se comparado ao mesmo período do ano anterior, um incremento no volume de vendas de 4,13% e na receita nominal de vendas de 6,27%. Observou-se no período uma continuidade da expansão das vendas de móveis e eletrodomésticos, que é fortemente influenciada pelo crédito ao consumidor das próprias redes de varejo, que apesar dos elevados juros, parcelam tais artigos em um grande número de parcelas de baixo valor, o que propicia o acesso das classes de renda mais baixa a estes produtos. Outro elemento determinante na demanda foi o crédito consignado, porém os dados relativos ao endividamento das famílias demonstram uma limitação para as vendas das grandes redes de varejo. Outro aspecto que tem influenciado nas vendas de eletrodomésticos, além dos artigos de informática, é a desvalorização do dólar que tem proporcionado a manutenção de preços reduzidos para estes produtos. Outro segmento que tem se destacado é o de hipermercados e supermercados, que tem sido beneficiado pelos ganhos reais de renda proporcionados pelos aumentos salariais e pela baixa inflação. Os aumentos dos preços dos combustíveis continuaram afetando negativamente tanto o volume de venda quanto as receitas nominais.

Já os dados relativos a Goiás indicaram uma expansão de 6,64% nas vendas e de 7,96% na receita nominal.

Em Goiás, o setor que apresentou os piores resultados foi de combustíveis e lubrificantes, com quedas no semestre de 16,65% no volume de vendas e de 4,88% na receita nominal. Este setor ainda sofre os impactos da elevação dos preços do álcool e da gasolina, ocorridos em períodos anteriores. O setor hipermercados e supermercados apresentou uma variação no volume de vendas de 17,4% e na receita nominal de 15,72%, reflexo dos ganhos na renda real das famílias. O setor de móveis e eletrodomésticos apresentou um crescimento no volume de vendas de 12,79% e na receita nominal de 12,02%, fruto das condições propícias (embora com juros elevados) e dos preços favoráveis de eletrodomésticos em decorrência do câmbio, como no caso de artigos de som e imagem.



Apesar da queda tanto no volume de vendas (-39,6%) quanto na receita nominal (-49,65%) no mês de junho, o setor de equipamentos e materiais para escritório e informática apresentou um resultado positivo no primeiro semestre com aumentos de 22,29% no volume e 4,49% na receita nominal.

No geral, foram bons os resultados do comércio varejista, porém, alguns aspectos começam a pesar negativamente, como o alto nível de

endividamento das famílias e as limitações do crédito consignado. Por outro lado, a expansão do comércio está nitidamente ligada à renda da população e o quadro que se mostra atualmente é de uma desaceleração na atividade econômica, o que refletirá nas vendas do comércio. Outro aspecto preocupante em Goiás é a diminuição da renda do setor agrícola, que provavelmente terá impacto negativo no comércio das regiões em que esta atividade é predominante.

Tabela 3

Estado de Goiás e Brasil: Variação de volume de vendas no comércio varejista ampliado – 2006

Segmentos	Variação (%)			
	Brasil		Goiás	
	jun/06	1ºsem/06	jun/06	1ºsem/06
Combustíveis e Lubrificantes	-12,55	-10	-24,31	-16,35
Hipermercados supermercados produtos alimentícios, bebidas e fumo	8,49	7,57	14,19	15,34
- Hipermercados e Supermercados	8,99	7,39	15,84	17,4
Tecidos, vestuários e calçados	-3,14	2,83	-8,31	-2,65
Móveis e eletrodomésticos	3,1	9,05	10,04	12,79
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, perfumaria e cosméticos	1,47	4,23	18,72	27,24
Livros, jornais, revistas e papelaria	2,61	0,89	13,96	22,61
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	31,31	41,09	-39,6	22,29
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	13,53	15,07	-13,09	1,34
Veículos, motores, partes e peças	-3,74	1,85	-0,72	5,06
Material de construção	4,29	-0,72	-6,97	-0,14
Comércio varejista geral	1,76	4,13	1,65	6,64

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio.

Tabela 4

Estado de Goiás e Brasil: Variação da receita nominal de vendas no comércio varejista ampliado – 2006

Segmentos	Variação (%)			
	Brasil		Goiás	
	jun/06	1ºsem/06	jun/06	1ºsem/06
Combustíveis e Lubrificantes	1,89	3,55	-12,68	-4,88
Hipermercados supermercados produtos alimentícios, bebidas e fumo	5,3	6,01	11,89	13,64
- Hipermercados e Supermercados	5,8	5,85	13,55	15,72
Tecidos, vestuários e calçados	1,99	8,38	-0,59	6,26
Móveis e eletrodomésticos	-0,58	8,1	7,11	12,02
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, perfumaria e cosméticos	6,7	10,13	24,3	34,15
Livros, jornais, revistas e papelaria	7,51	6,66	16,84	26,15
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	12,09	21,78	-49,65	4,49
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	19,33	21,4	-5,75	9,54
Veículos, motores, partes e peças	-2,75	4,26	-2,82	5,07
Material de construção	8,07	3,82	-3,7	3,39
Comércio varejista geral	2,66	6,27	1,74	7,96

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio.



Agricultura

A produção goiana de grãos, segundo os dados do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA/IBGE, foi de 10.373 mil toneladas na estimativa de junho de 2006, apresentando uma redução de 8,44% em relação ao mesmo período do ano anterior, quando foram colhidas 11.330 mil toneladas. Os principais produtos

que apresentaram expansão no período em análise foram: cana-de-açúcar (15,45%), feijão (2,86%) e milho (9,58%). Apresentaram queda: algodão herbáceo (-50,45%), arroz (-43,88%), soja (-13,27%), sorgo (-1,67%) e tomate (-5,87%). Vale destacar que as culturas de sequeiro estão com as colheitas concluídas e as culturas de inverno (irrigadas) continuam sendo realizadas normalmente.

Tabela 5
Estado de Goiás: Área colhida, produção e produtividade dos principais produtos – 1º semestre de 2006

Produtos	Área Colhida (ha)		Variação (%)	Produção (t)		Variação (%)	Produtividade (Kg/ha)		Variação (%)
	jun/05	jun/06		jun/05	jun/06		jun/05	jun/06	
Algodão herbáceo	149.114	67.500	-54,73	432.045	214.097	-50,45	2.897	3.172	9,49
Arroz	184.950	111.490	-39,72	374.627	210.223	-43,88	2.026	1.885	-6,96
Cana de-açúcar	196.586	223.590	13,74	15.639.760	18.055.686	15,45	79.557	80.753	1,50
Feijão	118.242	130.110	10,04	280.461	288.472	2,86	2.058	2.076	0,87
Milho	614.709	682.930	11,10	2.853.738	3.127.130	9,58	4.302	4.421	2,77
Soja	2.663.380	2.488.600	-6,56	6.983.860	6.056.929	-13,27	2.622	2.434	-7,17
Sorgo	275.065	214.570	-21,99	508.569	500.069	-1,67	1.849	2.330	26,01
Tomate	10.792	9.530	-11,69	776.430	730.830	-5,87	71.945	76.687	6,59

Fonte: IBGE - Levantamento Sistemático - LSPA

As estimativas em junho de 2006 para a produção de cana-de-açúcar apresentaram um resultado positivo, com expansão de 15,45% na produção, comparado ao mesmo período do ano anterior. A área colhida expandiu 13,74% e a produtividade chegou a 80.753 kg/ha, com incremento de 1,50%, fato explicado pelo crescimento das exportações para países que têm adicionado álcool anidrido à gasolina, com intuito de diminuir a emissão de gases causadores do efeito estufa e minimizar a elevação dos preços do barril de petróleo e também pelo aumento da demanda de álcool no mercado interno.

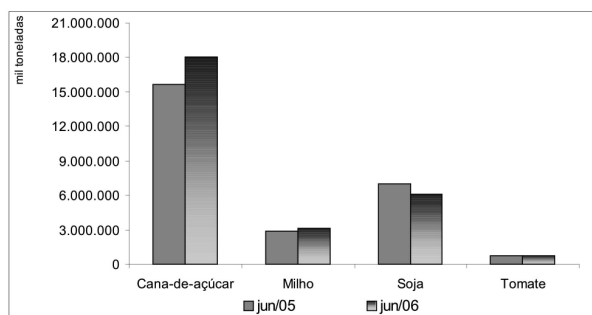
Milho, conforme o LSPA/IBGE, aumentou 9,58% na produção e 11,10% em área colhida e 2,77% em produtividade. O acréscimo verificado pode ser atribuído a ocupação de áreas que antes eram utilizadas pela cultura de algodão, conforme relato do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuária do Estado de Goiás – GCEA/GO.

No caso da soja houve redução de 6,56% na área colhida e de 13,27% na produção. Foram colhidas 6.057 mil toneladas até o mês de junho do corrente ano, ante 6.984 mil no mesmo período do ano anterior, com uma queda na produtividade de 7,17%, fato explicado pelo atraso na colheita, devido às chuvas constantes, impossibilitando o deslocamento de máquinas e equipamentos que fazem a colheita e a retirada do grão das propriedades. Outros fatores têm contribuído para queda na produção dessa leguminosa: os baixos preços recebidos pelos produtores e a desvalorização cambial.

O tomate apresentou queda na produção conforme colheita apurada até junho de 2006 de 5,87%, redução na área colhida de 11,69%, mas aumentou a produtividade em 6,59%, ou seja, foram colhidas 76.687 toneladas por hectare, ante 71.945 toneladas por hectare no mesmo período do ano anterior.



Gráfico 1
Estado de Goiás: Estimativa da produção agrícola

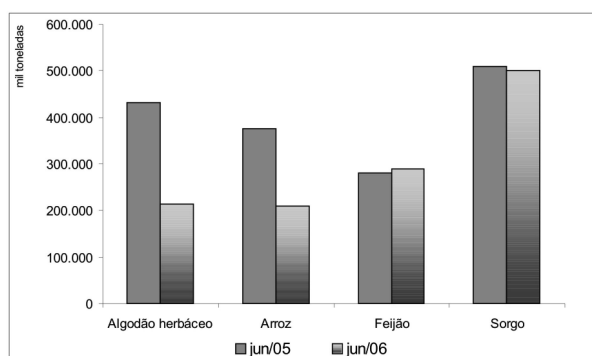


Fonte: IBGE - Levantamento Sistemático – LSPA
Elaboração: Seplan-GO/Seplan – Gerência de Contas Regionais

No que se refere à produção de algodão herbáceo, foi observado no levantamento do LSPA recuo na produção de 50,45% e 54,73% na área colhida, o que já era esperado pelos analistas de mercado, devido aos baixos preços praticados na comercialização da safra do ano anterior, provocando desestímulo dos produtores e também em função de fatores climáticos ocorridos no período vegetativo.

A pesquisa apontou uma queda acentuada também na produção de arroz de 43,88% e 39,72% na produção e área colhida até o mês de junho de 2006, justificada pelos baixos preços praticados no mercado. O feijão expandiu 2,86% na produção e 10,04% em área colhida, atingindo 2.076 quilos por hectare. O aumento da produção foi devido à recuperação dos preços do grão recebidos pelo produtor. Há expectativa de aumentar um pouco a área de cultura do feijão para a 3ª safra, por se tratar de cultura irrigada, conforme confirmação do GCEA.

Gráfico 2
Estado de Goiás: Estimativa da produção agrícola



Fonte: IBGE - Levantamento Sistemático - LSPA
Elaboração: Seplan-GO/Seplan – Gerência de Contas Regionais

A cultura de sorgo sofreu retração de 1,67% na quantidade produzida e 21,99%, na área colhida, melhorando a produtividade em 26,01%, ou seja, 2.330 kg por hectare. O sorgo concorre com a cultura de milho, ambos são insumos na composição de ração animal, fato que confirma a redução na área colhida do grão.

Comércio Exterior

No primeiro semestre de 2006, as exportações somaram US\$ 1,056 bilhão, 35,35% acima do valor exportado no mesmo período de 2005; o crescimento alcançado é reflexo da expansão do mercado externo atingido por Goiás, que passou a investir nas missões internacionais. A média esperada para o ano de 2006 é US\$ 2,5 milhões. No período de janeiro a junho de 2006, os destaques continuam sendo o complexo soja e a carne, que correspondem a 81,36% (US\$ 859,529 milhões) das exportações goianas, com 49,16% (US\$ 519,143 milhões) e 32,22% (US\$ 340,386 milhões) respectivamente. O agronegócio é o forte de Goiás. Outros destaques das exportações goianas no 1º semestre, pela ordem, foram: ferroligas com 4,14% (US\$ 43,722 milhões) e couros com 3,95% (US\$ 41,703 milhões).

As empresas goianas também têm exportado bijuterias e móveis, fato que representa boa notícia, visto que esses itens são produzidos principalmente por pequenas e médias empresas. Já produtos farmacêuticos possuem grande potencial exportador, assim como calçados e confecções.

No primeiro semestre de 2006, os destinos das exportações foram: Países Baixos (Holanda) US\$ 260,179 milhões (24,63%), China US\$ 205,787 milhões (19,48%), Alemanha US\$ 53,607 milhões (5,07%), Itália US\$ 51,731 milhões (4,90%), Estados Unidos US\$ 36,451 milhões (3,45%) e Rússia US\$ 35,048 milhões (3,32%). O principal importador dos produtos brasileiros é a Holanda (Países Baixos), mas não significa que seja o principal consumidor, é que os produtos chegam ao porto de Roterdan e se espalham pela Europa.

De janeiro a junho de 2006, as importações cresceram 27,37%, em relação a igual período do ano anterior; totalizando US\$ 420,019 milhões. Os principais produtos adquiridos nos seis primeiros meses de 2006 foram: adubos e fertilizantes, automóveis, tratores e peças, produtos farmacêuticos.



ticos, produtos químicos orgânicos, caldeiras e cereais (trigo). Os produtos importados contribuem para dinamizar a economia local. Os principais países de origem das importações foram: 1º Japão (US\$ 91,810 milhões), 2º Estados Unidos (US\$ 73,383 milhões), 3º Suíça (US\$ 35,417 milhões), 4º China (US\$ 28,721 milhões) e 5º Tailândia (US\$

27,206 milhões).

O saldo da balança comercial no 1º semestre de 2006 registrou superávit de US\$ 636,492 milhões, superior em 41,18% ao mesmo período do ano anterior. A corrente de comércio, somatório das exportações e importações, totalizou US\$ 1,476 bilhão.

Tabela 6
Estado de Goiás e Brasil: Balança comercial - 2005 - 2006.

(US\$ 1.000 FOB)

Período	Goiás				Brasil			
	Exportação	Importação	Saldo	Corrente de Comércio	Exportação	Importação	Saldo	Corrente de Comércio
2005	780.600	329.770	450.830	1.110.369	53.677.227	34.022.162	19.655.065	54.787.596
Janeiro	74.646	60.129	14.517	134.774	7.444.156	5.257.411	2.186.745	7.578.930
Fevereiro	63.717	55.885	7.832	119.602	7.756.287	4.978.799	2.777.488	7.875.889
Março	89.775	48.364	41.411	138.139	9.250.721	5.909.060	3.341.661	9.388.860
Abril	146.409	50.739	95.670	197.148	9.201.549	5.331.754	3.869.795	9.398.697
Mai	169.909	48.071	121.838	217.980	9.818.450	6.372.049	3.446.401	10.036.430
Junho	236.144	66.582	169.562	302.726	10.206.064	6.173.089	4.032.975	10.508.790
2006	1.056.513	420.019	636.494	1.476.533	60.900.301	41.475.795	19.424.506	62.376.834
Janeiro	106.672	57.986	48.686	164.658	9.270.707	6.450.554	2.820.153	9.435.365
Fevereiro	85.217	66.803	18.414	152.020	8.750.217	5.944.455	2.805.762	8.902.237
Março	213.315	79.312	134.003	292.628	11.366.397	7.730.967	3.635.430	11.659.025
Abril	169.285	73.201	96.084	242.486	9.803.478	6.729.057	3.074.421	10.045.964
Mai	248.318	64.195	184.123	312.513	10.274.815	7.257.998	3.016.817	10.587.328
Junho	233.706	78.522	155.184	312.228	11.434.687	7.362.764	4.071.923	11.746.915
Varição								
(%)-2006 / 2005	35,35	27,37	41,18	32,98	13,46	21,91	-1,17	13,85

Fonte: MDIC

Elaboração: Seplan-GO / Sepin / Gerência de Estatística Socioeconômica – 2006.

Tabela 7
Estado de Goiás: Exportação por produtos - 2005 - 2006.

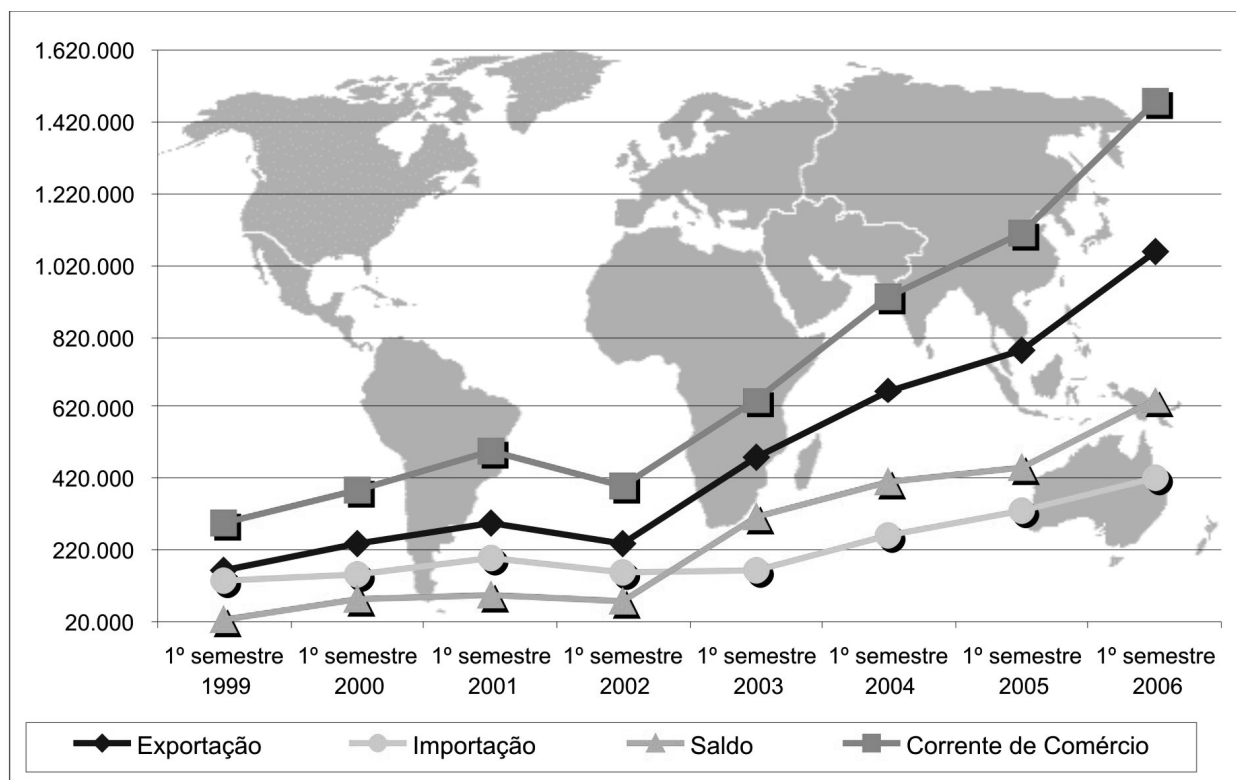
Especificação	2006 (jan-jun)			2005 (jan-jun)		
	Kg Líquido	US\$ FOB	%	Kg Líquido	US\$ FOB	%
Total	2.703.555.472	1.056.513.393	100,00	2.370.821.663	780.599.525	100,00
Complexo soja	2.366.522.525	519.142.742	49,14	2.039.769.339	443.793.618	56,85
Complexo carne	156.267.975	340.385.839	32,22	103.589.036	165.283.352	21,17
Carne bovina	106.378.671	279.621.994	26,47	51.233.656	106.839.651	13,69
Carne avícola	41.802.346	45.432.839	4,30	42.609.388	40.525.207	5,19
Carne suína	8.086.958	15.331.006	1,45	9.745.992	17.918.494	2,30
Ferroligas	5.740.214	43.722.054	4,14	4.660.699	33.852.796	4,34
Couros	14.493.710	41.702.829	3,95	6.860.536	19.910.047	2,55
Amianto	63.478.000	21.824.122	2,07	89.448.000	26.171.618	3,35
Ouro	1.144	21.098.161	2,00	1.131	15.593.642	2,00
Algodão	9.627.665	10.274.314	0,97	4.929.998	5.624.858	0,72
Adbos ou fertilizantes	21.492.000	4.886.811	0,46	19.234.000	4.673.576	0,60
Leite e derivados	1.338.473	2.954.500	0,28	4.632.295	9.622.386	1,23
Café e especiarias	902.067	1.879.905	0,18	2.142.479	4.021.652	0,52
Demais produtos	63.691.699	48.642.116	4,60	95.554.150	52.051.980	6,67

Fonte: MDIC

Elaboração: Seplan-GO / Sepin / Gerência de Estatística Socioeconômica - 2006



Gráfico 3
Estado de Goiás: Balança Comercial – 1999 - 06.



Emprego Formal

Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego, o Estado de Goiás obteve um incremento de 27.858 novos postos de trabalho no primeiro semestre de 2006, o que apresenta uma elevação de 4,07% no estoque de empregos formais. A expansão do emprego celetista no semestre em questão, foi favorecida, em grande medida, pelo desempenho dos setores indústria

de transformação e agropecuária influenciados por fatores sazonais relacionados à produção de açúcar e álcool e alimentos e bebidas.

Comparando o primeiro semestre deste ano com o mesmo período de 2005, houve uma redução na geração de novos postos de trabalho. Enquanto que no primeiro semestre de 2005 foram gerados 33.417 postos de trabalho, no mesmo período de 2006 foram gerados 27.858. O melhor resultado, se comparado ao período anterior, foi registrado na indústria de transformação.

Tabela 8
Estado de Goiás: saldo – Admitidos/Desligados por setor de atividade –2005/06

Setores	1º Semestre de 2005			1º Semestre de 2006		
	Admitidos	Desligados	Saldo	Admitidos	Desligado	Saldo
Extrativa mineral	1.212	605	607	1.011	670	341
Industria de transformação	46.704	33.640	13.064	50.903	36.182	14.721
Serviço industrial de utilidade pública	620	456	164	1.178	1.330	-152
Construção civil	20.697	16.526	4.171	21.945	18.274	3.671
Comercio	46.097	43.349	2.748	45.116	43.422	1.694
Serviços	55.224	47.608	7.616	58.810	55.823	2.987
Administração pública	115	162	-47	100	84	16
Agropecuária	26.233	21.139	5.094	20.795	16.215	4.580
Total	196.902	163.485	33.417	199.858	172.000	27.858

Fonte: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados lei 4.923/65

Tabela 9
Estado de Goiás: Tipo de Movimentação, segundo Admitidos e Desligados – 2006

Tipo de Movimentação	1º sem 2006	Participação (%)
Admissão por primeiro emprego	38.673	19,35
Admissão por reemprego	161.185	80,65
Admissão total	199.858	100,00
Desligamento por demissão sem justa causa	133.815	77,80
Desligamento por demissão com justa causa	2.788	1,62
Desligamento a pedido	34.608	20,12
Desligamento por aposentadoria	324	0,19
Desligamento por morte	465	0,27
Desligamento total	172.000	100,00
Saldo (Admissão-Desligamento)	27.858	

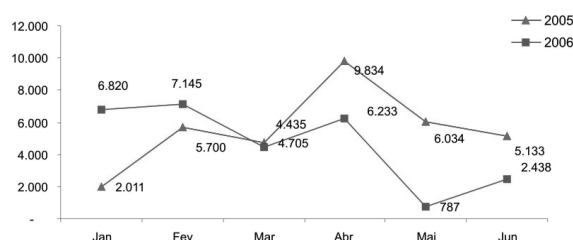
Fonte: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados lei 4.923/65

Tabela 10
Estado de Goiás: Grau de Instrução, segundo Admitidos e Desligados – 2006

Grau de instrução	1º Semestre de 2006			
	Admitidos	Desligados	Saldo	Participação (%)
Analfabeto	2.927	1.992	935	3,36
4ª série incompleta	18.604	13.268	5.336	19,15
4ª série completa	16.840	13.848	2.992	10,74
8ª série incompleta	29.991	27.837	2.154	7,73
8ª série completa	32.734	29.517	3.217	11,55
2º grau incompleto	29.994	27.188	2.806	10,07
2º grau completo	54.462	46.230	8.232	29,55
Superior incompleto	6.170	5.829	341	1,22
Superior completo	8.136	6.291	1.845	6,62
Total	199.858	172.000	27.858	100,00

Fonte: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados lei 4.923/65

Gráfico 4
Estado de Goiás: Saldo – Admitidos/Desligados por setor de atividade – 1º semestre de 2005 e 2006



Fonte: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados lei 4.923/65

Do total de 199.858 admitidos no primeiro semestre deste ano, 19,35% foram referentes ao primeiro emprego, enquanto que 80,65% foram de trabalhadores que já ocuparam alguma função de carteira assinada (reemprego). Já as demissões, do total de 172.000, 20,12% ocorreram a pedido do trabalhador e 77,80% por demissão sem justa causa.

Os dados do Caged revelam que todas as faixas do grau de instrução obtiveram saldos positivos no primeiro semestre de 2006, destaque para segundo grau completo que participou com 29,55% dos postos de trabalho gerados. Os dados também mostram que a maioria dos novos postos (52,53%) foi gerada na faixa de até o primeiro grau completo, justificado pela significativa contribuição das atividades agropecuária e construção civil.

Índice de Preços

O IPC – Goiânia apresentou, no semestre encerrado em junho de 2006, variação acumulada de 0,13%, índice 0,70% p.p. inferior ao observado em igual período de 2005, quando a variação acumulada foi de 0,83%. O arrefecimento da inflação foi caracterizado por pressões menores nos preços dos produtos alimentícios, combustíveis e vestuário.

O comportamento dos preços do grupo alimentação que tem maior participação no índice geral verificou variação acumulada de -1,83% no

semestre, apresentou taxas negativas nos meses de fevereiro, abril, maio e junho e elevação em janeiro e março. O recuo nos preços ocorreu devido ao aumento na oferta de alguns produtos agrícolas, pela redução da demanda externa por produtos de origem animal, apreciação cambial e as condições climáticas mais adequadas às cul-

turas de produtos in natura no final do semestre. Os produtos que acumularam, no período, as maiores quedas foram: tomate -42,48%, batata inglesa -35,16%, banana maçã -24,32%, costela bovina -23,01%, pernil suíno -18,14%, frango -17,55%, ovos -10,43%, arroz -6,61% e leite tipo c -5,69%.

Tabela 11
Varição simples e acumulada do IPC - Goiânia - 2005 / 2006 (%)

Ano/Mês	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Acumulado
2005	0,48	-0,10	-0,22	0,43	0,67	-0,43	0,83
2006	0,49	-0,12	-0,15	0,67	-0,22	-0,53	0,13

Fonte: Seplan-Go/SePIN – Gerência de Índices de Preços – 2006

No grupo transportes, a variação acumulada foi de -1,23%. O subgrupo dos combustíveis, maior peso neste grupo, foi o que mais influenciou a taxa, motivado pelos reajustes na gasolina e no álcool que encerram o semestre com variações acumuladas de -3,20% e -2,01%, respectivamente. O cenário dos preços dos combustíveis passou por fortes oscilações no decorrer deste período devido à entressafra da cana-de-açúcar que elevou significativamente o preço do álcool apesar da taxa negativa.

Já o grupo do vestuário registrou variação negativa nos meses de janeiro, fevereiro, março e junho, acumulando no semestre índice de -1,42%. O grupo foi influenciado principalmente pelo recuo na demanda o que pressionou o comércio varejista à realização de promoções.

Ressalte-se, ainda, que o resultado do IPC para o acumulado nos seis primeiros meses de 2006 foi contrabalançado pelos grupos de educação e despesas pessoais que exerceram pressão altista no acumulado do índice devido a aumentos pontuais verificados tradicionalmente nos meses de janeiro, em função de reajustes de matrículas escolares e materiais escolares e abril pelo reajuste do salário mínimo. Os grupos acumularam no semestre variação de 4,06% e 5,39% respectivamente.

A partir do mês de maio de 2006 o IPC Goiânia passou a ser calculado com nova estrutura de ponderação devidamente atualizada pela última Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2002-2003. Esta pesquisa, realizada periodicamente pelo IBGE, tem como objetivo o levantamento das despesas das famílias com bens e serviços. É a POF que infere o peso que cada produto da cesta de consumo das famílias tem em relação a sua despesa total. A atualização periódica das estruturas de ponderação para o cálculo dos índices de preços é

altamente recomendada em razão da modificação no padrão de consumo das famílias.

Os ajustes ocorridos nos grupos de produtos e serviços pesquisados trataram de adequar exclusões e inclusões de produtos e atualização de pesos conforme orientação da POF/IBGE. Vale ressaltar a inclusão de itens como mobiliário residencial, computador, eletro-eletrônicos, telefonia celular, motocicleta, transporte interestadual, cursos de informática, ginástica, exames de laboratório mais complexos, entre outros, que não constavam da antiga cesta de bens e serviços.

Foram atualizados e incrementados os cadastros de informantes que subsidiam a pesquisa que passou a contar com 205 itens em sua cesta de produtos sendo seus preços coletados em 244 estabelecimentos de prestação de serviços e no comércio varejista.

Tabela 12
Varição Simples por Grupos do IPC – Goiânia – 2006 (%)

Grupos	2006					
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
Alimentação	1,16	-0,75	0,56	-0,26	-1,53	-1,00
Habitação	0,92	0,33	-2,30	1,15	-0,36	1,64
Artigos Residenciais	0,26	0,71	1,34	-0,20	-0,67	-1,66
Despesas Pessoais	-0,90	-0,39	1,51	4,42	1,41	-0,68
Saúde e Cuidados Pessoais	-0,24	-0,90	1,37	0,99	1,03	-0,45
Vestuário	-1,24	-1,16	-2,65	0,45	4,00	-0,70
Transportes	-0,26	0,70	0,12	1,11	-0,92	-1,96
Educação	5,34	1,38	0,18	-0,88	-0,25	-1,63
Comunicação	0,07	0,00	0,57	0,35	0,10	0,00
Índice Geral	0,49	-0,12	-0,15	0,67	-0,22	-0,53

Fonte: Seplan-Go/SePIN – Gerência de Índices de Preços – 2006



O Sistema Fieg e a Qualificação Profissional de Recursos Humanos para a Indústria

Resumo: As regiões e países mais desenvolvidos são aqueles que investem em educação. Com essa visão, o Senai Goiás, órgão do Sistema Fieg, desde 1950 promove a qualificação da mão-de-obra da indústria goiana, contribuindo para seu desenvolvimento. A instituição reúne seu aparato e estrutura de ensino em 61 oficinas técnicas, 70 laboratórios, 21 salas de informática, 92 salas de aulas e 13 unidades móveis. A capacidade instantânea de atendimento é de 4,8 mil alunos. O Senai atende desde a aprendizagem até a pós-graduação. Nos últimos 15 anos, passaram pela entidade 552,5 mil alunos. Com isso, o Sistema Fieg reforça o convite ao governo de Goiás para, sob forma de parceria, ampliar o atendimento aos jovens que buscam o mercado de trabalho. A idéia é aproveitar a estrutura física, instalações adequadas e docentes competentes do Senai com aporte de novos recursos financeiros oriundos dos programas de governo destinados à educação, como, por exemplo, o Bolsa-Escola.

Palavras-chave: Senai, Sistema Fieg, Qualificação profissional

O Sistema Fieg está submetido a uma estrutura organizacional integrada e abrangente: a Federação das Indústrias, que é a gestora do sistema, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), o Serviço Social da Indústria (Sesi), o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), o ICQ Brasil – o único Instituto de Certificação do Sistema CNI e o que mais cresce proporcionalmente no País – e os 34 sindicatos das indústrias filiados à federação.

A Fieg, líder do sistema, tem como missão “promover o desenvolvimento econômico, social, cultural e industrial do Estado, fortalecendo o associativismo sindical, fomentando os negócios das empresas e defendendo os interesses políticos da classe industrial goiana”. Foi constituída em 1952, a partir de quando iniciou a formação de seu sistema.

O Senai Goiás tem como missão “promover a educação profissional e tecnológica, a inovação e a transferência de tecnologias industriais, contribuindo para a competitividade da indústria e o desenvolvimento

* Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás e do Conselho Regional do Senai Goiás



Paulo Afonso Ferreira*

do Brasil”. O papel do Sesi é promover a educação, a saúde e a qualidade de vida do trabalhador e de seus dependentes e estimular a gestão socialmente responsável da empresa industrial, contribuindo para a competitividade da indústria e o desenvolvimento sustentável do Brasil. O IEL contribui para o desenvolvimento empresarial por meio da interação escola-empresa.

O ICQ Brasil é responsável por certificar sistemas, produtos, serviços e realizar inspeções, proporcionando satisfação aos clientes pela agilidade, credibilidade, melhoria contínua e atualização tecnológica, trabalhando conforme as regras de avaliação da conformidade. Já os sindicatos que abrigam as empresas filiadas ao sistema e que constituem o Conselho de Representantes da Fieg, em conjunto com a Diretoria da Federação e os Conselhos do Senai e Sesi, formulam as políticas, os planos e os programas anuais a serem observados e acompanham e avaliam a execução.

O sistema tem grande amplitude de ação, razão pela qual neste artigo nos reservamos a falar sobre o Senai e o trabalho realizado pela instituição em Goiás, que consideramos fundamental para o crescimento industrial do Estado. A teoria econômica do desenvolvimento reserva à educação e ao conhecimento uma parcela significativa da explicação e dos motivos pelos quais um país se desenvolve. Verificando dados estatísticos, podemos observar que os maiores índices de progresso ocorrem em regiões e países nos quais os indicadores de educação e conhecimento são mais elevados. Nos últimos 30 anos, os exemplos são esclarecedores e estimulantes quando analisamos o desenvolvimento do Japão, da Coreia do Sul, da China, da Índia, da Tailândia e outros. Existe uma correlação direta entre “anos de estudo da população e taxas de crescimento” e essa correlação, à medida que a tecnologia vai se transformando, torna-se mais evidente.

Os avanços do século 21 em termos de padrões de qualidade, eficiência de produção e competitividade vão exigir, cada vez mais, dos processos tecnológicos de produção, recursos humanos mais preparados e isso pressiona a estrutura de educação, em especial, da educação profissional. O Senai é reconhecido como instituição eficiente, em nível nacional e internacional. Sua contribuição para o desenvolvimento industrial brasileiro ocorre desde a década de 1940 e, no caso de Goiás, a partir do início dos anos 50.

A primeira unidade de ensino profissional a se instalar em Goiás – na cidade de Anápolis, em 1952 – foi a Escola Senai Roberto Mange, hoje, Faculdade de Tecnologia Senai Roberto Mange. Desde então, a instituição amplia seu raio de atuação, com rede física constituída, hoje, de três faculdades e sete escolas estrategicamente distribuídas nos municípios de Goiânia (duas faculdades e uma escola), Anápolis (uma faculdade), Aparecida de Goiânia, Rio Verde, Itumbiara, Catalão, Niquelândia e Minaçu. Para atender à demanda dos demais municípios, o Senai conta com unidades móveis nas áreas de mecânica diesel, panificação e confeitaria, eletro-hidráulica, eletroeletrônica, hidráulica, pneumática, refrigeração, mecânica automotiva, mecânica de motocicletas, informática e costura industrial (duas unidades).

Na educação profissional, são várias as modalidades de ensino. A aprendizagem é destinada a jovens na faixa etária de 14 a 24 anos para as condições de trabalho de aprendizes e ou de emprego. A iniciação profissional beneficia jovens e adultos, independente da escolaridade, capacitando-os ao desempenho de tarefas básicas e de menor complexidade no trabalho. A qualificação profissional prepara o aluno para o trabalho. O aperfeiçoamento profissional atende trabalhadores que buscam atualização ou complementação. A habilitação profissional, que requer nível médio, visa à formação de técnico em determinada área. A graduação tecnológica é a modalidade de ensino superior no âmbito da educação profissional de nível tecnológico, em que são oferecidos os cursos de automação

industrial, redes de computadores e química fármaco-industrial. Há ainda a pós-graduação, aberta a alunos graduados no ensino superior, sendo oferecidos cursos de mestrado, doutorado e especialização. No campo da tecnologia industrial, o Senai presta assessoria às empresas na melhoria da qualidade do produto e no aumento da produtividade, no desenho industrial, no sistema de informações, na certificação da produção para atendimento a padrões técnicos legais e atividades de serviços laboratoriais que compreendem calibração, dosagem, ensaios/testes de desempenho, qualificação de produtos e processos baseados nas normas técnicas vigentes e serviços afins. A instituição reúne seu aparato e estrutura de ensino em 61 oficinas técnicas, 70 laboratórios, 21 salas de informática, 92 salas de aulas e 13 unidades móveis. A capacidade instantânea de atendimento é de 4,8 mil alunos. Utiliza, também, sob a forma de convênio, o desenvolvimento dos recursos humanos dentro das próprias empresas, nas linhas de produção, nos laboratórios e nos cursos de gerência e supervisão.

Para se ter uma idéia da grandeza do atendimento, nos últimos 15 anos, passaram pelo Senai 552,5 mil alunos. Quanto à qualidade do ensino, em recente pesquisa direta realizada junto às empresas, 90% delas declararam optar por alunos do Senai. Este artigo nos dá a oportunidade de convidar o governo de Goiás, para juntos, sob a forma de parceria, ampliarmos o atendimento ao jovem que busca o mercado de trabalho e não tem uma qualificação profissional definida. Como o Senai dispõe de estrutura física, instalações adequadas e docentes competentes, poderia ampliar seu atendimento com o aporte de novos recursos financeiros oriundos dos programas de governo destinados à educação, como, por exemplo, o Bolsa-Escola.

Por tudo isso, o Sistema Fieg orgulha-se de gerir uma instituição que vem prestando bom serviço às empresas, ao Estado de Goiás, ao Brasil e, em especial, às pessoas que recebem a educação profissional e, por meio dela, encontram o caminho da ascensão social.



Movimento Goiás Competitivo

Resumo: O Movimento Goiás Competitivo é uma instituição voltada ao estímulo e ao fomento da competitividade da economia goiana. Promove ações estruturantes de conteúdo inovador na área de qualidade e produtividade, visando ao desenvolvimento nacional e viabilizando a articulação institucional dos agentes sociais e econômicos da sociedade. O posicionamento da organização é identificado com a melhoria da competitividade pública e privada e comprometido com a qualidade de vida da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Competitividade, qualidade, produtividade.

A sociedade brasileira vive o seu melhor momento enquanto sociedade. Estamos amadurecendo nossas instituições democráticas, nossa economia e nossa idéia de Estado. Mas, se o ritmo do crescimento e da formação institucional do Brasil ainda não é dos mais velozes, foi porque durante décadas e décadas, demos pouca atenção à educação, que muita falta nos tem feito.

E quando cito educação, não me refiro apenas à escolar, mas também à empresarial e administrativa. Quando o País se abriu para o mercado internacional, no início da década de 90, percebemos o quanto as empresas brasileiras estavam atrasadas e eram mal administradas.

Este atraso nos custou centenas de milhares de pequenas, médias e grandes empresas, que fecharam suas portas. A década de noventa foi uma lição para o setor empresarial brasileiro. Dois fatos mudaram completamente a forma de pensar os negócios: a própria abertura comercial no governo Collor e o fim da hiperinflação no governo Fernando Henrique.

Foi uma escola de gestão, na qual quem teve oportunidade de aprender, manteve-se no mercado e, quem resistiu às mudanças, faliu. No entanto, muito do que se aprendeu, do que se criou, do que se experimentou ficou restrito às paredes das empresas.

* Pedro Bittar é empresário e presidente da Associação Comercial e Industrial do Estado de Goiás - Acieg



*Pedro Bittar**

O Movimento Goiás Competitivo (MGC), oriundo do Movimento Brasil Competitivo (MBC), tem como objetivo maior democratizar o conhecimento de gestão no Brasil, compartilhando inteligentemente o conhecimento administrativo. É um verdadeiro movimento de conscientização, de ampla repercussão social, de cidadania.

Precisamos juntos absorver o conhecimento dos melhores exemplos de gestão existentes no País. Se hoje atingimos um grau razoável de gerência empresarial, ainda estamos muito aquém no que se refere ao acesso a este conhecimento. Precisamos popularizar fórmulas eficazes de gestão empresarial com o objetivo de racionalizar o Custo Brasil.

Ao criar o Movimento Goiás Competitivo, os responsáveis por esta iniciativa – que são o Fórum de Entidade Empresariais (Adial, Acieg, Fieg, Faeg, FCDL, Facieg e Fecomércio), o governo estadual e prefeituras e as entidades do terceiro setor – abrem as portas do conhecimento em gestão para informar, orientar, treinar, educar, aplicar novas tecnologias em empresas privadas e públicas, e todos os entes envolvidos, sejam hospitais, escolas, arranjos produtivos, prefeituras e quaisquer programas implantados em Goiás.

O objetivo é simples: reduzir custos. Para uma empresa, custo menor representa mais investimento e mais empregos. Custo menor no governo significa menor necessidade de elevar tributos para financiar suas despesas e mais recursos para projetos econômicos e sociais.

O trabalho cooperado entre as empresas, os governos e o terceiro setor representa conscientização da necessidade de aperfeiçoamento da qualidade dos serviços (que vai do atendimento ao produto final) e da produtividade.

Os produtos e serviços, públicos ou privados, precisam ter elevado grau de qualidade, e, onde não o tiver, é preciso identificar os problemas – por meio de pesquisas, com profissionais capacitados – e extirpá-los. Não podemos oferecer à sociedade serviços de baixa qualidade. É um salto necessário



que a economia goiana exige e esta sociedade já nos cobra.

Nós empresários não queremos passar mais uma década reclamando que a carga tributária é alta. É alta, sim, aliás, é absurda. Mas o problema não está só na receita do governo, está também nas despesas. Para reduzir os impostos, temos que reduzir os gastos (o desperdício) do setor público e entendemos que este não é um papel apenas do governo, mas de toda a sociedade. Só isso já justificaria o Movimento Goiás Competitivo.

Sabemos como é isso. Há uma década, nossas empresas gastavam mais do que deveriam. Acor damos para a nova realidade.

A custo de muito sacrifício adotamos processos de gestão modernos e enxugamos nossas empresas para sobreviver à competição internacional. Somos hoje, internacionalmente, referência em vários setores, como aviação, alimentação, metalurgia, agronegócio, químico, automóveis, entre outros.

Hoje, ao contrário do que acontecia, exige-se competência e organização de qualquer empresa, de qualquer porte, de qualquer segmento. E competência se adquire com conhecimento de métodos e ferramentas de gestão, com a profissionalização administrativa.

Precisamos ser competitivos em todos os setores. Identificar e disseminar as melhores práticas de gestão é o nosso objetivo. Precisamos democratizar, popularizar entre empresas e instituições

públicas a cultura administrativa e combater ao extremo o desperdício.

A sociedade precisa alcançar a consciência de que todo esforço será recompensado com maior qualidade de vida e distribuição de riquezas. E, o contrário, ou seja, a omissão, nos imporá maior desigualdade social e sacrifícios fiscais e tributários.

Ressalto que o apoio do Fórum Empresarial para este movimento é vital, assim como o do governo estadual, que sempre demonstrou atenção especial com a modernização administrativa de Goiás e alcançou resultados relevantes de redução de custos e de burocracia.

Temos, para atingir nosso objetivo maior, que fazer e mostrar os resultados. Tirar do papel projetos tão vigorosos como o Movimento Goiás Competitivo e executá-los com precisão e dedicação.

Mas também quero corresponder à expectativa, no entanto, tenho consciência plena de que não é um desafio individual, é um desafio das empresas, do governo e do terceiro setor do Estado de Goiás.

A nossa união não pode ser apenas teórica e os resultados e metas se perderem de vista. Estamos com um planejamento estratégico definido e pronto para execução, que deve ser apresentado à comunidade empresarial nas próximas semanas.

A união, a participação e o envolvimento de todos na implementação do Movimento Goiás Competitivo serão os componentes fundamentais para seu pleno sucesso em benefício de Goiás.



Economia do Setor Lácteo do Estado de Goiás



Edson Alves Novaes*

Resumo: O presente artigo analisa o comportamento do segmento econômico da atividade de pecuária leiteira do Estado de Goiás, tomando como referência os anos de 1995 a 2005, procurando retratar a importância econômica do setor para Goiás, bem como os aspectos e fatores que fizeram deste, uma das principais atividades econômicas do Estado de Goiás.

Palavras-chave: Leite, Laticínios, Setor Lácteo, Produção.

1 - Introdução

A Pecuária leiteira nacional tem passado, nos últimos anos, por profundas transformações decorrentes, principalmente, da desregulamentação do setor, ocasionando a liberação dos preços do leite; da abertura econômica, intensificando a participação do país no mercado internacional de lácteos; da maior profissionalização dos produtores de leite; pela modernização do parque industrial brasileiro, dentre outros fatores.

Essas mudanças promoveram um aumento significativo na produção de leite no País nos últimos 10 anos, 48,93%. Vários fatores contribuíram para esse aumento significativo da produção de leite, como por exemplo, a instalação de várias indústrias de laticínios, os baixos preços da terra, da mão-de-obra e dos grãos, etc.

Goiás é o Estado maior produtor de leite da região Centro-Oeste e atualmente o 2º maior produtor nacional, com um crescimento na sua produção, entre 1995 e 2005, de 98,36%, superior ao desempenho apresentado pelo demais principais produtores: Minas Gerais (39,19%), São Paulo (-12,23%), Paraná (51,88%) e Rio Grande do Sul (38,24%). Além

* Mestre em Economia de Empresas pela Universidade Católica de Brasília, Economista da Federação de Agricultura e Pecuária de Goiás e Professor de Economia da UNIVERSO. E-mail: edson@faeg.com.br

dos aspectos citados acima que explicam o aumento da produção de leite no Brasil como um todo, em Goiás houve ganho de produtividade, especialmente pela introdução de animais de maior potencial produtivo e pelo aumento do suprimento forrageiro no período da seca, fato que reduziu a estacionalidade da produção. Ademais, o Estado conta com uma forte organização de produtores que tem defendido os interesses da pecuária leiteira, o que tem influenciado no maior gerenciamento da propriedade, resultando em ganhos de produtividade.

2 - O crescimento da produção de leite

Não há dúvidas a respeito da expansão da pecuária de leite de Goiás. Hoje, com 11,7% da produção nacional, Goiás se posiciona como o 2º maior produtor de leite do País com um incremento anual de 7,6% na produção nos últimos 10 anos.

Quadro 1
Produção Total de Leite no Estado de Goiás
- 1995 a 2005

Ano	Produção
1995	1.450.158
1996	1.999.398
1997	1.868.976
1998	1.978.579
1999	2.006.404
2000	2.193.799
2001	2.321.740
2002	2.483.336
2003	2.523.048
2004	2.538.368
2005	2.876.479

Fonte: IBGE - Pesquisa de pecuária Municipal
Elaboração: FAEG/GETEC

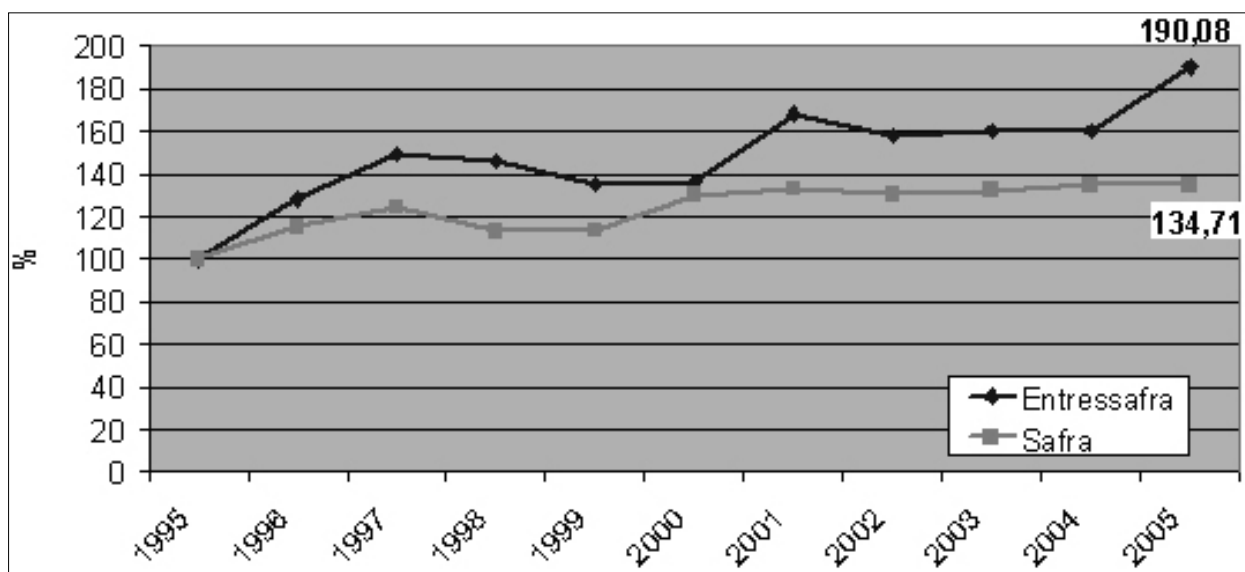
(1) O ano de 2005 se refere a estimativa da FAEG



Um dos principais aspectos que se pode analisar neste período quanto ao desempenho da pecuária leiteira goiana, foi a tendência da especialização do produtor, fato observado pela queda da sazonalidade da produção. De 1995 a 2005, no período da entressafra (abril a setembro) a produção de leite de Goiás, sob inspeção federal (SIF) aumentou cerca de 90,08%, contra 34,71% no período de safra (outubro a março),

demonstrando que o produtor tem investido para produzir no período onde consegue melhor remuneração. Tal fato é reforçado pelo incremento da produção sob inspeção no Estado, que nos últimos 10 anos aumentou 72,24%, relacionado tanto ao incremento no volume quanto do desejo do produtor de se profissionalizar, conforme se pode observar na Figura 1.

Figura 1
Evolução Percentual Acumulada da Produção de Leite SIF em Goiás – Safra e Entressafra 1995-2005



Fonte: Setor de Análise e Informações/DFA
Elaboração:FAEG/GETEC

Outro aspecto que demonstra o crescimento do setor leiteiro de Goiás pode ser observado pelo aumento do índice de produtividade do produtor goiano, que passou de 541 litros/vaca ordenhada/ano em 1995, para 1.124 litros/vaca ordenhada/ano em 2005, um incremento de 107,76%.

Algumas razões do crescimento da pecuária leiteira goiana estão associadas aos menores custos médios do leite, em virtude dos preços mais baixos de concentrados e do baixo custo de oportunidade da terra. Além disso, a presença de cooperativas e grandes conglomerados industriais de laticínios ampliaram o mercado comprador, e tem estimulado a modernização do setor.

Quanto ao produtor de leite goiano, pode-se dizer que em sua maioria são pequenos. Conforme levantamento realizado pelo Sindicato das Indústrias de Laticínios de Goiás – SINDILEITE,

em 1998, constatou-se que 67% dos produtores produzem até 100 litros/dia, sendo responsáveis por 29% de toda a produção, em que o número de produtores de leite em Goiás, como no restante do País, tem reduzido nos últimos anos. (ver Tabela 2).

No entanto, com a maior profissionalização da atividade leiteira e a implementação do Programa Nacional de Modernização da Pecuária Leiteira, através da implantação da Instrução Normativa 51, que trata da qualidade do leite, a tendência é que reduza o número de produtores, pois com um mercado mais concorrente, haverá a inserção de novos produtos, de maior valor agregado e melhor qualidade, e a continuação do processo de fusão e concentração das indústrias e do varejo. Todavia, devido à própria estrutura de organização do produtor goiano (cooperativas e associações), esse número tem reduzido, mas em menor velocidade do que no restante do País.



Quadro 2
Quantidade de Produtores de Leite por Faixa de Produção no Estado de Goiás
(Perfil do Produtor Goiano)

Faixas de Produção	Entressafra				Safrá				Total			
	Nº Produtores	%	Vol.Leite-L	%	Nº Produtores	%	Vol.Leite-L	%	Nº Produtores	%	Vol.Leite-L	%
0 a 50 litros/dia	24.674	46	702.000	13	21.216	34	675.000	9	22.945	40	688.500	11
51 a 100 litros/dia	13.410	25	1.026.000	19	17.472	28	1.350.000	18	15.441	27	1.188.000	18
101 a 150 litros/dia	6.437	12	810.000	15	9.984	16	1.200.000	16	8.211	14	1.005.000	16
151 a 200 litros/dia	3.755	7	648.000	12	4.992	8	900.000	12	4.374	8	774.000	12
201 a 250 litros/dia	1.609	3	378.000	7	2.496	4	675.000	9	2.053	4	526.500	8
251 a 300 litros/dia	1.073	2	324.000	6	1.872	3	600.000	8	1.473	3	462.000	7
Acima de 300 litros/dia	2.682	5	1.512.000	28	3.744	6	2.100.000	28	3.213	6	1.806.000	28
TOTAL	53.640	100	5.400.000	100	61.776	100	7.500.000	100	57.708	100	6.450.000	100

Influenciadas pelo desempenho da pecuária leiteira goiana e pelas próprias condições do Estado para produzir o leite, inúmeras indústrias se ins-

talaram no Estado, dentre elas grandes empresas como: Nestlé, Parmalat e Itambé. Atualmente, no Estado há mais de 600 laticínios instalados e em

Quadro 3
Produção de Leite por Mesorregião Geográfica de Goiás 1995-2005 (em mil litros)

Mesorregião	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	Part.% 2004
Goiás	1.450.157	1.999.398	1.868.976	1.978.579	2.066.404	2.193.799	2.321.740	2.483.366	2.523.048	2.538.368	100,00
Noroeste Goiano - Go	105.877	149.744	154.047	161.725	166.743	184.120	193.426	224.744	234.220	238.423	9,39
Norte Goiano - Go	82.258	98.447	99.647	115.050	126.190	140.266	154.091	172.980	177.269	181.820	7,16
Centro Goiano - Go	368.025	539.248	571.828	591.344	628.663	676.078	711.459	740.474	712.061	721.345	28,42
Leste Goiano - Go	110.235	199.345	117.916	124.208	126.932	142.693	168.489	184.236	187.576	205.686	8,10
Sul Goiano - Go	783.760	1.012.611	925.536	986.251	1.017.875	1.050.642	1.094.275	1.160.933	1.211.922	1.191.094	46,92

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal

atividade, atuando desde a coleta até a industrialização do leite, com uma capacidade de processamento de cerca de 12 milhões de litros/dia.

A atuação dessas Empresas no Estado é mais ou menos intensa dependendo da região onde atuam. Pois em Goiás têm-se algumas regiões que são mais bem definidas quanto à produção de leite do que outras. Conforme a tabela 3, pode-se observar que as áreas de maior produção estão localizadas nas regiões sul e centro goiano, com 46,92% e 28,42% da produção, respectivamente. Somente essas duas regiões são responsáveis por quase 80% da produção do leite de Goiás. É nestas regiões que devem ser encontrados rebanhos com maior aptidão leiteira, melhores condições de manejo e condições mais adequadas de alimentação. As demais, são regiões com maior tradição em pecuária de corte.

3 – A Contribuição do Setor Lácteo para a Economia do Estado de Goiás

A cadeia produtiva do leite também contribui para a geração de empregos no Estado. São mais de 220 mil pessoas empregadas direta e indiretamente na atividade leiteira (estimativa do setor). Só de produtores são cerca de 60.000, sendo 80% de pequenos e médios produtores.

A atividade leiteira em Goiás movimenta a economia da maioria dos 246 municípios goianos, gerando renda e empregos para a população interiorana. Sem contar a geração de impostos, de aproximadamente R\$ 36 milhões de reais por ano somente de ICMS.

Dentre as várias conquistas da economia láctea goiana, pode-se citar: os avanços extraordinários na genética, alimentação, manejo, sanidade do gado, na administração da propriedade rural e na

Quadro 4
Leite: Preços reais recebidos pelos produtores do Estado de Goiás

ano mês	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
janeiro	0,61	0,53	0,51	0,43	0,47	0,48	0,44	0,41	0,48	0,45	0,53
fevereiro	0,60	0,55	0,51	0,43	0,46	0,50	0,47	0,44	0,49	0,45	0,54
março	0,59	0,55	0,43	0,43	0,48	0,50	0,50	0,49	0,50	0,46	0,55
abril	0,61	0,57	0,47	0,50	0,52	0,52	0,55	0,51	0,51	0,50	0,55
maio	0,66	0,59	0,50	0,50	0,52	0,53	0,57	0,53	0,51	0,54	0,54
junho	0,62	0,55	0,49	0,52	0,52	0,60	0,54	0,54	0,54	0,58	0,52
julho	0,60	0,55	0,47	0,47	0,53	0,62	0,45	0,53	0,55	0,58	0,49
agosto	0,60	0,55	0,47	0,45	0,52	0,61	0,41	0,52	0,53	0,58	0,48
setembro	0,57	0,52	0,44	0,45	0,53	0,48	0,40	0,51	0,51	0,55	0,42
outubro	0,57	0,50	0,44	0,43	0,51	0,45	0,39	0,51	0,50	0,54	0,41
novembro	0,57	0,47	0,44	0,43	0,49	0,43	0,37	0,48	0,48	0,53	0,39
dezembro	0,54	0,52	0,43	0,43	0,49	0,44	0,39	0,47	0,45	0,53	0,37
média	0,59	0,54	0,47	0,46	0,50	0,51	0,46	0,49	0,50	0,52	0,48

Fonte: Sindicatos Rurais - FAEG/GETEC
Deflator: IGP-DI/FGV - base Dezembro/2005

organização dos produtores; apoio do governo estadual nas reivindicações dos diversos elos da cadeia produtiva do leite; instalação de um laboratório de qualidade do leite (o 5º do país e o 1º de referência na região Centro-Oeste); avanço no processo de granelização/resfriamento do leite; reconhecimento do Governo Federal de prática de Dumping em relação à União Européia, Nova Zelândia, Argentina e Uruguai, dentre outras.

Não obstante toda essa evolução alcançada pelo Estado de Goiás nos indicadores de produção e produtividade de leite, de jan/1995 a dez/2005, o produtor teve uma perda real de 18,69% na sua renda. Considerando os seus preços médios reais, descontada a inflação, observa-se a descapitalização em que se encontra hoje o produtor de leite. No entanto, tal fato tem começado a mudar, principalmente desde o ano de 2000, com a maior organização dos produtores de leite de Goiás, levando os produtores que estão mais organizados (cooperativas e associações) a obterem melhor remuneração pelo seu produto.

O setor lácteo, nos últimos 10 anos, passou a contribuir significativamente para a economia goiana. Um dado que melhor retrata este fato é a evolução do Valor Bruto da Produção do Leite, em que a produção leiteira contribuiu em 1995 com R\$ 304 milhões, passando em 2005 para R\$ 1,2 bilhão.

Outro aspecto que com certeza tem colaborado para o progresso do setor lácteo goiano, diz respeito à redução das importações de leite e derivados, que, a partir da Resolução n.º 01, da Câmara de Comércio Exterior, sobretaxando o leite dos países que estavam praticando dumping junto ao Brasil, reduziu as importações sensivelmente, de US\$ 456 milhões em 1997 para US\$ 121 milhões em 2005, fazendo com que o País tivesse o 1º superávit na balança

comercial de lácteos em 2005 em US\$ 8,9 milhões, levando a atividade a reduzir os prejuízos causados durante anos de importações.

Como nas demais regiões do País, em Goiás o processo de granelização/resfriamento do leite na propriedade vem ocorrendo de forma intensa. Devido à entrada em 1º de julho de 2002 das normas que proíbem a comercialização e o transporte do leite cru, não refrigerado, nas regiões sul, sudeste e centro-oeste, os produtores goianos têm buscado se adequar a essa nova realidade. Tanto que em Goiás, atualmente, cerca de 80% do leite formal já está granelizado. Em alguns municípios do Estado esse percentual já chega próximo de 100%.

Muito se especula sobre o fato de que o número de produtores de leite irá se reduzir com o avanço do Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite, no entanto, com a maior organização do produtor goiano e a busca de alternativas para atender a própria legislação, o impacto poderá não ser tão grande e muitos produtores permanecerão na atividade, dando continuidade ao crescimento da economia láctea do Estado de Goiás.

Referências

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Produção Municipal de Leite 1995-2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.
- NOVAES, Edson Alves. Setor lácteo em Goiás: analisando as assimetrias na cadeia produtiva nos anos 90 / Edson Alves Novaes. – Brasília, 2003. 164 f.
- SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE LATICÍNIOS DO ESTADO DE GOIÁS. Quantidade de Produtores de leite por faixa de produção no Estado de Goiás. 1998. Goiânia: SINDILEITE, 1998



Gestão da Qualidade Ambiental dos Recursos Hídricos de Goiânia



Nassri Bittar*

Resumo: No presente artigo analisa-se o modelo de desenvolvimento industrial brasileiro e sua interferência no meio ambiente. Utilizando intensivamente os recursos naturais, a atividade industrial tem provocado sérios impactos ambientais, entre os quais diversas formas de poluição. É nesse contexto que se tem constatado a contaminação dos recursos hídricos em Goiânia, cuja preservação depende, entre outras ações, da gestão da qualidade ambiental.

Palavras-chaves: Goiânia, Gestão da Qualidade Ambiental, Recursos Hídricos, Poluição e Meio Ambiente.

Na atualidade, as atividades humanas são os principais instrumentos de degradação do meio ambiente em todo o mundo. Para atender diversas necessidades da sociedade, a natureza e seus recursos são intensamente explorados. Portanto, "O homem é o único animal que, para sobreviver, esgota as fontes necessárias à vida e que aplica poluentes prejudiciais aos recursos naturais à sua subsistência" (CORRÊA, 1995, p. 74).

Um dos maiores problemas causados pelo modelo de desenvolvimento industrial brasileiro está relacionado à poluição do ar, da água e do solo, principalmente nos centros urbanos. A consequência tem sido a degradação da qualidade de vida das pessoas especialmente nas grandes cidades brasileiras, onde há maior concentração industrial. Este processo de industrialização se deu sem a devida preocupação com a preservação ambiental. A poluição nos centros urbanos está associada, também, à deficiência e/ou à ausência de serviços sociais básicos como, por exemplo, o saneamento básico. A oferta desses serviços não acompanha o ritmo de crescimento da população. De acordo com Ross (1998, p. 217).

O crescimento rápido das cidades não pode ser acompanhado no mesmo ritmo pelo atendimento

* Geólogo com Especialização em Políticas Públicas pela UFG, Consultor e Doutorando em Educação.
E-mail: nassribittar@hotmail.com

de infra-estrutura para a melhoria da qualidade de vida. Há deficiência de redes de água tratada, de coleta e tratamento de esgoto, de pavimentação de ruas, de galerias de águas pluviais, de áreas de lazer, de áreas verdes (...) Nas grandes cidades dos países subdesenvolvidos, os problemas ambientais são muito maiores do que nos países desenvolvidos, pois, além das questões relativas à poluição do ar, da água e do solo gerados pelas indústrias e pelos automóveis, existem os problemas relacionados com a miserabilidade da população pobre, que sobrevive em péssimas condições sanitárias vivendo em grupos de adensamentos demográficos nos morros, mangues, margens de rios, correndo riscos de toda a natureza.

A poluição vem se agravando nas suas diversas modalidades, preocupando cientistas, ecologistas, ambientalistas, governos, entre outros segmentos sociais, dadas as alterações físicas, químicas e biológicas que vêm ocorrendo na água, no ar e no solo, atingindo proporções que, em alguns casos, chegam a ser catastróficas. As atividades produtivas e a própria urbanização, quando realizadas sem que se levem em conta os princípios ecológicos e a utilização adequada dos recursos naturais que preservam a vida na biosfera, afetam sensivelmente o meio ambiente, violam os ecossistemas prejudicando-os, destruindo sua capacidade de resistência e resultando em progressiva deterioração das condições de vida humana e animal.

A poluição das águas¹ é causada principalmente pelos compostos orgânicos (petróleo, gás natural, carvão mineral) e compostos inorgânicos (mercúrio, estanho, cobre, chumbo e cádmio). No Brasil, esse é um problema bastante sério

¹ O Conselho de Poluição das Águas deve associar o uso à qualidade. Assim, "pode-se definir poluição das águas, de uma forma bastante simples ou mais abrangente, como as alterações de suas características físicas, químicas ou biológicas, que prejudicam um ou mais de seus usos preestabelecidos" (Basso & Guazelli, 2004, p. 58).



Tabela 1

Estabelecimentos Industriais Potencialmente Poluidores da Água por Gêneros de Indústria, Segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação.

Grandes Regiões e as Unidades da Federação	Estabelecimentos Industriais Potencialmente Poluidores da Água									
	Gêneros de Indústria									
	Total	(%)	Extração de Minerais		Transformações de minerais não-metálicos		Metalúrgica		Mecânica	
			Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)
NORTE	1.549	2,48	46	1,16	17	0,44	37	0,67	-	-
Rondônia	203	0,32	11	0,28	1	0,03	-	-	-	-
Acre	63	0,11	1	0,02	1	0,03	2	0,04	-	-
Amazonas	263	0,11	1	0,02	1	0,03	20	0,36	-	-
Roraima	16	0,43	9	0,23	1	0,03	-	-	-	-
Pará	980	1,57	21	0,53	14	0,35	15	0,27	-	-
Amapá	19	0,03	4	0,10	-	-	-	-	-	-
NORDESTE	11.169	17,87	363	9,16	1.515	38,55	366	6,63	17	7,05
Maranhão	1.364	2,18	4	0,10	16	0,41	10	0,18	1	0,42
Piauí	661	1,06	12	0,30	95	2,42	8	0,14	-	-
Ceará	1.610	2,58	66	1,67	331	8,42	62	1,13	8	2,32
Rio Grande do Norte	659	1,05	23	0,58	154	3,92	7	0,13	2	0,83
Paraíba	1.196	1,91	43	1,09	126	3,20	45	0,82	-	-
Pernambuco	1.718	2,75	44	1,11	132	3,36	153	2,77	3	1,24
Alagoas	412	0,66	12	0,30	27	0,69	4	0,07	-	-
Sergipe	470	0,75	37	0,93	17	0,43	8	0,14	-	-
Bahia	3.079	4,93	122	3,08	617	15,70	69	1,25	3	1,24
SUDESTE	32.105	51,36	2.145	54,14	1.599	40,69	4.201	76,09	192	79,67
Minas Gerais	7.194	11,51	838	21,15	457	11,63	510	9,24	16	6,64
Espírito Santo	1.707	2,73	129	3,26	113	2,87	34	0,62	-	-
Rio de Janeiro	3.872	6,19	317	8,00	317	8,07	419	8,89	31	12,86
São Paulo	19.332	30,93	861	21,73	712	18,12	3.166	57,34	145	60,17
SUL	12.997	20,79	706	17,82	636	16,18	860	15,58	32	13,28
Paraná	4.692	7,50	281	7,09	203	5,16	149	2,70	7	2,90
Santa Catarina	3.093	4,95	196	4,95	138	3,51	201	3,64	11	4,57
Rio Grande do Sul	5.212	8,34	229	5,78	295	7,51	510	9,24	14	5,81
CENTRO-OESTE	4.686	7,50	702	17,72	163	4,14	57	1,03	-	-
Mato Grosso do Sul	700	1,12	31	0,78	28	0,71	8	0,14	-	-
Mato Grosso	1.121	1,80	443	11,18	16	0,41	9	0,16	-	-
Goiás	2.733	4,37	212	5,35	105	2,67	34	0,62	-	-
Distrito Federal	132	0,21	16	0,41	14	0,35	6	0,11	-	-
BRASIL	62.506	100,0	3.962	100,0	3.930	100,0	5.521	100,0	241	100,0

Fonte: IBGE, Censo Industrial – Dados Gerais, 2000, p. 101.

em função, principalmente, das atividades industriais potencialmente poluidoras, como ilustram as tabelas 1 e 2.

Observando a tabela 2, nota-se que na Região Sudeste, o nível de poluição dos recursos hídricos é maior, o que se deve, sobretudo, à intensa industrialização e ao modelo de desenvolvimento adotado. Por outro lado, a poluição dos recursos hídricos na Região Norte, não é tão intensa, por ser menos industrializada,

embora a exploração mineral seja um risco nesta região.

A poluição industrial, sem dúvida alguma, compromete a qualidade das águas como também coloca em risco a própria vida aquática e atinge o ser humano. Conforme explica CORRÊA (1995, p. 218),

A poluição industrial é complexa e afeta seriamente os recursos hídricos, a água bombeada dos rios é utilizada para a refrigeração em certos processos



Tabela 2
Estabelecimentos Industriais Potencialmente Poluidores da Água por Parâmetros de Poluição,
Segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 1980.

Grandes Regiões e as Unidades da Federação	Estabelecimentos Potencialmente Poluidores da Água											
	Parâmetro de Poluição											
	DBO+MS		DBO+OG		DBO+ST		MS+OG		MS+ST		OG+ST	
	Est.	(%)	Est.	(%)	Est.	(%)	Est.	(%)	Est.	(%)	Est.	(%)
NORTE	581	3,79	226	22,07	29	1,34	67	5,94	17	1,68	29	0,57
Rondônia	143	0,94	1	0,10	2	0,09	-	-	9	0,89	1	0,02
Acre	48	0,31	1	0,10	-	-	-	-	-	-	1	0,02
Amazonas	26	0,17	3	0,29	12	0,55	24	2,13	2	0,20	16	0,31
Roraima	9	0,06	1	0,10	-	-	-	-	-	-	1	0,02
Pará	352	2,30	216	21,09	15	0,69	43	3,81	2	0,20	10	0,20
Amapá	3	0,02	4	0,39	-	-	-	-	4	0,40	-	-
NORDESTE	3.062	19,99	61	5,96	132	6,11	83	7,35	66	6,53	334	6,50
Maranhão	1.114	7,27	1	0,10	1	0,05	-	-	-	-	10	0,20
Piauí	359	2,35	2	0,20	3	0,14	-	-	2	0,20	9	0,18
Ceará	321	2,10	11	1,07	14	0,65	9	0,80	12	1,19	59	1,15
Rio Grande do Norte	74	0,48	1	0,10	8	0,37	4	0,35	7	0,70	8	0,16
Paraíba	144	0,94	4	0,39	6	0,28	8	0,71	4	0,39	34	0,66
Pernambuco	150	0,98	23	2,25	33	1,53	12	1,06	6	0,59	149	2,50
Alagoas	67	0,43	4	0,39	9	0,42	1	0,08	-	-	3	0,06
Sergipe	55	0,36	1	0,10	14	0,65	-	-	-	-	9	0,17
Bahia	778	5,08	14	1,37	44	2,02	49	4,34	35	3,46	53	1,03
SUDOESTE	5.553	36,25	541	52,83	1.834	84,83	800	70,86	755	74,68	3.906	76,04
Minas Gerais	2.076	13,55	88	8,59	117	5,41	115	10,19	116	11,47	356	6,93
Espírito Santo	407	2,66	5	0,49	8	0,37	8	0,71	9	0,89	26	0,51
Rio de Janeiro	354	2,31	49	4,78	141	6,52	101	8,95	94	9,30	451	8,78
São Paulo	2.716	17,73	399	38,96	1.568	72,53	576	51,02	536	53,02	3.073	59,82
SUL	3.242	21,17	186	18,16	157	7,26	175	15,50	156	15,46	783	15,24
Paraná	1.522	9,94	52	5,08	32	1,48	33	2,92	22	2,17	192	3,74
Santa Catarina	533	3,48	37	3,61	62	2,87	75	6,64	31	3,06	179	3,48
Rio Grande do Sul	1.187	7,75	97	9,47	63	2,91	67	5,93	103	10,19	412	8,02
CENTRO-OESTE	2.879	18,80	10	0,98	10	0,46	4	0,35	17	1,68	85	1,65
Mato Grosso do Sul	405	2,64	1	0,10	2	0,09	-	-	4	0,39	16	0,31
Mato Grosso	508	3,32	-	-	1	0,05	1	0,09	1	0,10	10	0,19
Goiás	1.947	12,71	5	0,49	7	0,32	1	0,09	11	1,09	49	0,95
Distrito Federal	19	0,12	4	0,39	-	-	2	0,18	1	0,10	10	0,19
BRASIL	15.317	100,0	1.024	100,0	2.162	100,0	1.129	100,0	1.011	100,0	5.137	100,0

Fonte: IBGE, Censo Industrial – Dados Gerais, 2000, p. 106.

Obs.: - Demanda bioquímica de oxigênio - DBO

- Material em suspensão - MS

- Óleos e graxas - OG

- Substâncias tóxicas - ST

industriais. Quando lançada de volta, essa água eleva a temperatura dos recursos hídricos podendo alterar as características químicas da água. A água utilizada em processos de lavagem e de tratamentos químicos impõe ao ambiente, gosto e odor desagradável, assim como adiciona substâncias tóxicas na água. Descargas das indústrias químicas e despejos sulfurosos de fábricas de papel são altamente venenosos para a vida aquática.

A poluição industrial tem provocado desastres

ambientais em todo o País, inclusive em território goiano. Na capital goiana, por exemplo, a Secretaria do Meio Ambiente do Município de Goiânia (2002) mostrou, através de relatório do monitoramento dos córregos e rios que cortam a cidade, que estes são afetados não apenas pelas atividades industriais, mas também agrícolas e de serviços. Entretanto, são as indústrias que mais poluem, como têm demonstrado os meios de comunicação.

Cabe destacar que entre as indústrias poluidoras dos recursos hídricos de Goiânia sobressaem as

indústrias de bens de consumo não duráveis, segundo revelam os dados da tabela 3.

Tabela 3
Origem dos despejos de algumas indústrias poluidoras do meio ambiente de Goiânia.

Indústrias	Vazão	Destino
Imperial Refrigerantes (PEPSI)	88,0	Rede Pública
Palmares	89,0	Córrego Cascavel
Curtume Gondir e Pedreira	93,8	Córrego Cascavel
Curtume São Jorge	2,3	Córrego Cascavel
Cooper. Center Rural de Goiás (Leite Go Go)	500,0	Ribeirão Anicuns

Fonte: Freire, R. G. & Camilo, 1999, p. 31.

Além desses exemplos citados na tabela 3, de indústrias que têm gerado danos irreparáveis ao ecossistema, outro foi o caso de uma destilaria de álcool em Jandaia, no interior de Goiás, responsável pela contaminação do meio ambiente por vinhoto. Segundo descrevem Gomes & Teixeira Neto (1994, p. 167),

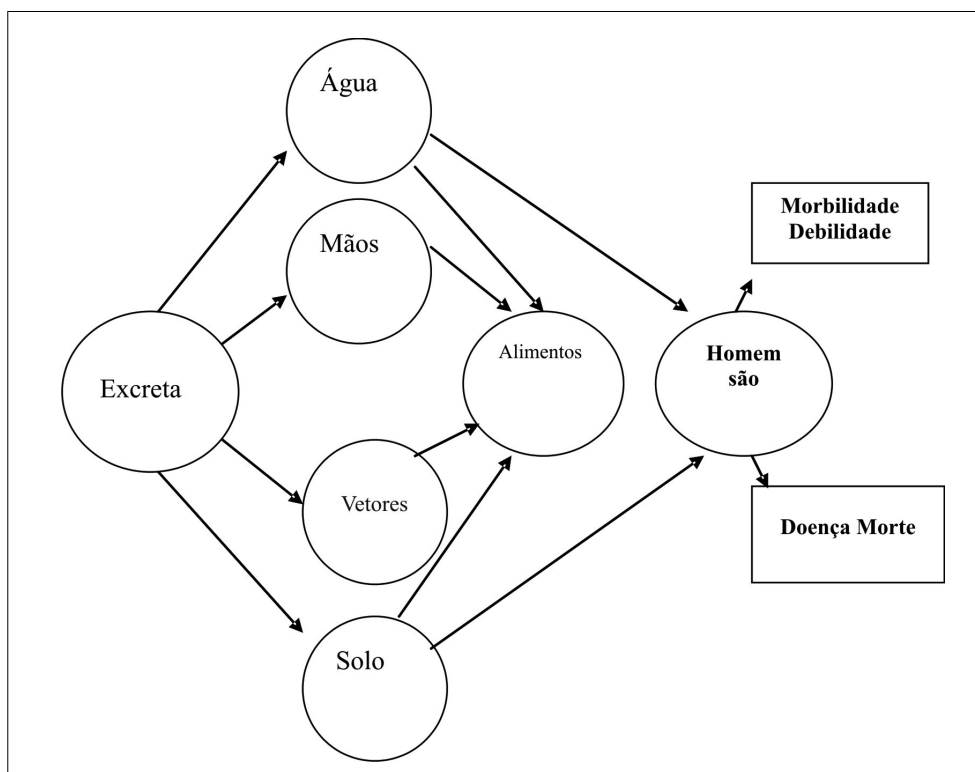
O uso do vinhoto descarregado pelas usinas de álcool provocou, por exemplo, desastres ecológicos nos Rios Turvo e Capivari. Sem medidas preventivas, poderá ocorrer uma poluição em cadeia dos

nossos mananciais, destruindo fauna e flora e inviabilizando o uso doméstico das águas pelas populações que delas se servem.

No entanto, a poluição dos recursos hídricos é provocada, também, por esgotos domésticos, causando sérios danos ao meio aquático e, conseqüentemente, ao ser humano. Este é geralmente vítima de contaminação por coliformes. Desta forma, CAVINATTO (1999, p. 48-49) explica que:

Em geral, eles possuem um elevado número de bactérias do grupo coliforme. Esses organismos não

Figura 1
Meios de transmissão de doenças por dejetos.



Fonte: Cavinatto, 1999, p. 55.



são patogênicos e habitam normalmente o intestino humano, sendo eliminados no ambiente junto com as fezes. Portanto, a existência de coliformes em um rio indica a presença de esgotos domésticos, e a quantidade de bactérias é proporcional ao número de pessoas que vivem na região que lança seu esgoto nesse rio. Se houver muitos habitantes portadores de doenças contagiosas, os despejos domésticos certamente deverão conter uma grande quantidade de seres patogênicos, juntamente com esses coliformes.

Portanto, o esgoto doméstico contribui para a transmissão de doenças como ilustra a figura 1.

É assim que, na atualidade, a gestão da qualidade ambiental² representa uma alternativa viável para a preservação dos recursos hídricos de Goiânia (e outras grandes cidades do País), podendo assegurar à população local uma água saudável.

É importante lembrar que a Política Nacional de Recursos Hídricos baseia-se no seguinte fundamento: a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades. Podemos citar como exemplo de mananciais poluídos: o Rio Meia Ponte, o qual tem uma captação de água na Região noroeste que abastece 60% da população goiana; o Ribeirão João Leite; o Córrego do Botafogo, Cascavel e Capim Puba. Esses mananciais são afetados pela poluição industrial e doméstica que tem contribuído para deterioração dos mesmos, comprometendo a qualidade de vida da população goianiense e provocando impactos ambientais nocivos à fauna e à flora. Neste aspecto, Cavinatto (1999, p. 37) coloca que:

Dessa forma, para atender às necessidades humanas e de outros organismos vivos, tanto em qualidade quanto em quantidade, precisamos proteger os mananciais prevenindo a deterioração de suas águas e planejando cuidadosamente as diversas possibilidades de utilização.

É importante ressaltar, ainda, que a gestão da qualidade dos recursos hídricos de Goiânia é necessária, pois, a escassez de água doce constitui-se em um grande problema, enfrentado tanto na Capital goiana como no País e no mundo. O Japão, por exemplo, já importa água da Coreia do Sul para atender suas necessidades de consumo. No entanto, a questão da água já é um grave problema até mesmo para os Estados Unidos

² Entende-se por Gestão Ambiental, o “conjunto de medidas e procedimentos bem definidos e adequadamente aplicados, que visam a reduzir e controlar os impactos introduzidos por um empreendimento sobre o Meio Ambiente” (Valle, 2000, p. 39).

da América que, a partir dos anos 1950, em razão do crescimento do consumo industrial, teve suas reservas reduzidas em 36%.

Em razão desses aspectos, a gestão da qualidade ambiental dos recursos hídricos e seus mananciais, não apenas de Goiânia como também em todo mundo, é fundamental conforme relata o Jornal Diário da Manhã (2001, p. 9).

Os mananciais são as fontes de onde a água é retirada para o abastecimento e consumo. Por isso eles são tão importantes e precisam ser preservados. Infelizmente, os mananciais que abastecem a população vêm sendo comprometidos pelo desmatamento, exploração incorreta do solo, subsolo e utilização exagerada de agrotóxicos. Como a água é essencial à vida, esses problemas podem afetar a todos nós. As conseqüências da destruição das fontes d'água afetam diretamente a vida do homem.

Neste contexto, a gestão da qualidade ambiental dos recursos hídricos de Goiânia é um instrumento significativo para assegurar a qualidade de vida e o equilíbrio ecológico. Contudo, é preciso que se cumpra a política ambiental e se promova a educação ambiental para conscientizar a população da necessidade de preservar o meio ambiente.

Referências

- BASSOI, Lineu José & GUAZELLI, Milo Ricardo. Controle Ambiental da Água. In: **Curso de Gestão Ambiental**. Editores: Arlinod Phillippi Jr. et al. Barueri-SP: Manole, 2004.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. **Censo Industrial – Dados Gerais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- CAVINATTO, Vilma Maria. **Saneamento Básico: Fonte de saúde e bem-estar**. São Paulo: Contexto, 1999.
- CORRÊA, Altair A. M. Degradação dos recursos naturais brasileiros. **Caderno de Geociências**. Rio de Janeiro: IBGE, nº 14, 1995, p. 73-82.
- FREIRE, R. G. & Camilo. Diagnóstico dos recursos hídricos. In: **Diagnóstico das áreas críticas da Grande Goiânia**. Goiânia: UFG, 1999.
- GOMES, Horieste; TEIXEIRA NETO, Antônio. **Geografia de Goiás - Tocantins**. Goiânia: UFG, 1994.
- Qualidade da Água em Goiânia. **Diário da Manhã**. Goiânia, 10/11/2001, p. 1-8.
- ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. A Sociedade Industrial e o Ambiente. In: **Geografia do Brasil**. Ross, Jurandyr Luciano Sanches (Org.). São Paulo: EDUSP, 1998.
- VALLE, Cyro Eyer do. **Como se preparar para as normas 14000: qualidade ambiental: o desafio de ser competitivo protegendo o meio ambiente**. São Paulo: Pioneira, 2000.

Desenvolvimento Sustentável na Perspectiva Estatal

Resumo: O artigo trata do processo de desenvolvimento sustentável, numa perspectiva estatal, enfatizando a responsabilidade do poder público em todas as suas fases e a maneira desigual como ele vem ocorrendo no país. Faz, também, a alusão de que este mesmo desenvolvimento deverá ser perseguido, utilizando-se para isto uma metodologia que trata do pleno conhecimento das cadeias produtivas instaladas neste estado, metodologia esta assentada em bases científicas, como forma de se atingir a máxima eficácia e eficiência da política pública de desenvolvimento econômico ora em curso em Goiás.

Palavras-Chave: Administração pública. Desenvolvimento. Tributação. Receita Pública. Cadeia Produtiva.

Introdução

Para Montibeller-Filho (2001), o desenvolvimento sustentável diz respeito a um conceito bastante amplo e, portanto, permite apropriações diferentes e com componente ideológico por parte de diversos segmentos sociais. Sua proposição elementar de eficiência econômica, associada à eficácia social e ambiental, trata de melhorias nas condições de vida das populações sem prejudicar as futuras gerações.

Ao se referir à definição universal de desenvolvimento, Souza (1999) entende que não há consenso sobre tal questão. Para alguns economistas, de inspiração neoclássica, crescimento é sinônimo de desenvolvimento. Para outros, identificados com a corrente keynesiana, crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente. Entretanto, a experiência tem demonstrado que o desenvolvimento econômico não pode ser confundido com

* Economista, Gestor Fazendário e Assessor Técnico da Gerência de Assessoria Econômica da Sefaz-GO. E-mail: deraldo-gbn@sefaz.go.gov.br

** Economista, Especialista em Economia Agrícola, Mestre em História Econômica, Professor Universitário e Gerente da Assessoria Econômica da Sefaz-GO. E-mail: paulobcampos@yahoo.com.br

*Deraldo Gomes Balduino Netto**



*Paulo Borges Campos Jr.***



crescimento, pois os resultados dessa expansão nem sempre chegam como um todo no conjunto da população.

Atualmente, é de conhecimento que no Brasil não é levada a termo, por parte da administração pública federal, uma política pública que objetive ao desenvolvimento das diversas regiões do país de forma harmônica e equilibrada. Prevalece uma situação dual quanto a esse processo, reforçando então as profundas desigualdades regionais.

Ainda de acordo com Souza (1999), o lento crescimento dos indicadores do desenvolvimento brasileiro levou diversos economistas a observarem que o país continua subdesenvolvido, apesar de industrializado. A concentração de renda promoveu o aparecimento de uma classe média relativamente ampla, com nível de países europeus, e uma população numerosa, pobre e subnutrida, nos moldes indianos.

Essa dicotomia acima descrita, levou o economista Edmar Bacha, nos anos 70, a cunhar o célebre termo *Belíndia* para se referir ao país, pois em termos de contingente populacional e níveis de renda, o Brasil seria formado por uma Bélgica (as classes média e alta) e por uma Índia (a maioria pobre).

O modelo adotado pela administração federal é calcado na contemplação daqueles estados mais industrializados e que, por conseguinte, têm maior peso e densidade política dentro do contexto nacional. Esta situação tende a ter um caráter praticamente imutável ao longo do tempo, mantido o arcabouço institucional – jurídico da ordem nacional ora em vigor.

De acordo com Rezende (2001), as atribuições



econômicas dos governos, segundo a classificação de Musgrave¹, enquadram-se nas seguintes grandes categorias: promover ajustamentos na alocação de recursos, promover ajustamentos na distribuição de renda e manter a chamada estabilidade econômica.

Em função da quase ausência histórica do poder público federal, como sujeito ativo de práticas de políticas econômicas e sociais que visem à superação do subdesenvolvimento econômico dos estados membros periféricos deste país, coube a estes chamarem para si mesmos a responsabilidade maior de engendrar política públicas na direção de perseguir, ainda que de forma limitada, ao tão necessário e sonhado desenvolvimento econômico de suas regiões. Triste realidade de um modelo de desenvolvimento brasileiro que reforça a concentração de riquezas nas mãos de poucos estados, já historicamente ricos e fortes politicamente.

O Caminho do Desenvolvimento

Como basicamente o montante mais expressivo da receita pública dos estados membros do país é oriundo da tributação indireta sobre a circulação de mercadorias, o chamado ICMS, o caminho lógico a ser trilhado para a perseguição do propalado desenvolvimento teria que se pautar pela criação de uma política pública, fulcrada na concessão de incentivos de natureza fiscal, como forma de se criar condições favoráveis à perseguição do objetivo ultramencionado.

Tal política pública de natureza fiscal, na verdade, se constitui em um arcabouço de caráter tributário que respalda o implemento de uma política econômica engendrada por ente federado que tem como tônica basilar o entendimento de que o desenvolvimento econômico a ser alcançado deverá se apoiar em mecanismos que objetivem, em instância primeira, a atração de investimentos de empresas exógenas ao estado, via implantação aqui de unidades produtivas nos mesmos. Para que tal mister se desenvolva, há o entendimento comum às administrações públicas que os incentivos fiscais se constituem no melhor “remédio

¹ MUSGRAVE, Richard A. **The theory of public finance**. New York: McGraw- Hill, 1959.

público” para que tal mecanismo de atratividade de investimentos logre êxito.

Como este entendimento por parte das administrações públicas dos entes federados consiste em unanimidade lógica, institui-se, a partir daí, a famosa e comumente denominada “Guerra Fiscal”, que acaba sendo uma operação “salve-se quem puder”, como forma de atrair novos investimentos produtivos para os estados.

As Políticas de Incentivos em Goiás

No caso específico do estado de Goiás, pode-se observar que a partir dos anos de 1980 do século passado, houve um esforço quase que hercúleo por parte do executivo estadual de captar novos investimentos para esta região. Para tal, foram desenvolvidos programas de incentivos financeiros, tais como o FOMENTAR, apresentado em 1984, e o PRODUZIR, em 1999, bem como e, simultaneamente, a promoção de alterações na Legislação Tributária do Estado, que somadas aos citados programas visavam a consolidação da já referida política de captação de investimentos, via redução efetiva da carga tributária para aqueles que se dispusessem a empreender no estado de Goiás.

É evidente que a partir de tal ano, até os dias atuais, que o estado aprofundou a modificação de seu perfil produtivo. Sua economia teve a complexidade aumentada com o alongamento de suas cadeias produtivas, vez que o nível de agregação de valor de sua produção aumentou consideravelmente, assim como a densidade tecnológica presente em seu território. Tal afirmação pode ser constatada ao se observar a evolução crescente do PIB goiano, comparado com o PIB brasileiro, de acordo com a Seplan-GO, bem como a do perfil de suas exportações.

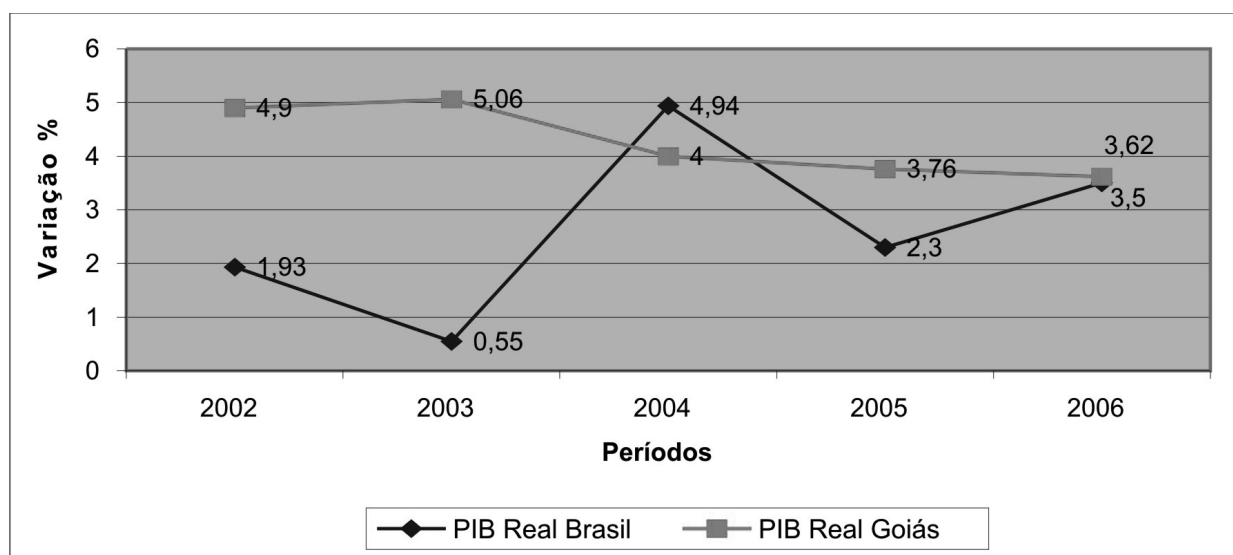
O estabelecimento de políticas públicas, no horizonte de tempo elencado nestas considerações, que visaram ao desenvolvimento econômico desse estado realmente logrou êxito pela perspectiva da expansão do nível de atividade econômica do mesmo, com reflexos diretos no PIB goiano, bem como pelo aumento do tamanho de seu mercado interno e externo. Cabe ao executivo ter uma preocupação constante com o risco de corrosão



crescente da relação receita/despesa públicas, vez que a renúncia espontânea de receita pública derivada, promovida pela administração do executivo estadual, não correspondeu a uma proporcional diminuição da despesa pública. Segundo Rezende (2001), a concentração da tributação sobre mercadorias e serviços de consumo, desonerando a produção, as exportações e os investimentos são a principal vantagem dos impostos sobre valor agregado / IVA, no caso o ICMS, sob o aspecto econômico. A tributação sobre o consumo tem a dupla vantagem de diminuir custos e de incentivar os investimentos, colaborando assim para a ampliação da renda e das oportunidades de emprego. Não se pode afirmar que a atual política eco-

nômica patrocinada pelo estado seja deletéria à preservação do interesse público. Partindo-se do entendimento que a renúncia espontânea de parte da arrecadação de ICMS, por período determinado, venha a ser um instrumento eficaz de promoção à expansão do tamanho da economia do estado, não apenas pelo viés do aumento do PIB, mas, também, pelo aumento da renda disponível para consumo, terminada a vigência dos benefícios tributários, o estado de Goiás alcançará um novo patamar contributivo vez que o aumento do nível da atividade econômica irá, necessariamente, se traduzir em um aumento dos "fatos geradores" de ICMS que fatalmente irão colaborar no aumento expressivo da arrecadação de tal tributo.

Gráfico 1
Brasil X Goiás - Comportamento do PIB Real*



Fonte: Seplan-GO

(*) Os dados de Goiás para 2004 a 2006 foram projetados pela Seplan-GO e de 2006 para o Brasil refere-se a estimativa de mercado

Considerações Finais

Em função do que foi exposto nos parágrafos anteriores, tendo-se por axioma básico a "Preservação do Interesse Público", é possível se chegar à conclusão de que, em face da ausência histórica da União como agente indutor do processo de desenvolvimento econômico dos entes federados periféricos, a política de atratividade de investimentos, ora em curso no estado de Goiás, é válida e apresenta grande potencial de ascender o mesmo ao status de "Estado Membro Desenvolvido".

O que se deve ressaltar é que esta mesma política, por estar em quase toda a sua totalidade centrada

na concessão de incentivos fiscais deverá, o mais breve possível, ser calibrada no sentido de se contemplar a absorção maciça da mão-de-obra autóctone em detrimento da proveniente de outros estados. Isto como forma de se perseguir um maior mercado interno ao Estado. A ampliação do mercado interno do ente federado funciona como uma diversificação, na perspectiva estatal, da origem de fatos geradores finais que em tese, podem ser toldados dos efeitos da "Guerra Fiscal" entre os estados.

Outrossim, esta nova dosagem terapêutica da política de concessão de benefícios fiscais e, por extensão de raciocínio, da própria política de atratividade de investimentos, deverá se dar a



reboque do estudo das inúmeras cadeias produtivas existentes no estado, em nível de definição de “elos produtivos”, como forma científica de se buscar identificar onde deverá ser focada a concessão de benefícios como forma de se buscar a máxima eficiência e eficácia possíveis com a não antagônica preservação da “Saúde Financeira do Tesouro Estadual”.

O dirigente público tem a grande responsabilidade de promover o processo de desenvolvimento econômico de sua região, gerando sempre melhores condições de bem-estar econômico e social das populações locais. Ao mesmo tempo, ele deve ter o compromisso de que todas as políticas voltadas para a promoção desse quadro, sejam sustentáveis ao longo dos anos, mantendo assim a governabilidade e a transição de uma política de governo para uma política de estado. Assim,

certamente, atingiremos o chamado Desenvolvimento Sustentável.

Referências Bibliográficas

- LEI 13.591 de 18 de janeiro de 2000. Produzir.
- MONTIBELLER – FILHO, Gilberto. O Mito do desenvolvimento sustentável. Florianópolis: UFSC, 2001.
- REZENDE, Fernando. Finanças Públicas. 2. ed. São Paulo: ATLAS, 2001.
- SEPLAN-Go. Revista “Economia & Desenvolvimento” . Diversas edições. Goiânia: SEPLAN/GO, s/d.
- _____ Estudos da SEPLAN. **A Competitividade da economia goiana**. Goiânia. 2002.
- _____ **Conjuntura econômica goiana**. Boletim trimestral. Diversas edições. Goiânia: SEPLAN-Go.
- SOUZA, Nali de Jesus. Desenvolvimento Econômico. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.



Adoção de Tecnologias na Agricultura em Goiás - o caso do Manejo Integrado de Pragas (MIP)

Sônia Milagres Teixeira¹

Eliane Dias Quintela¹

Simone Borges Ferreira²

Wdson Francisco Faria Guimarães³

Resumo: As tecnologias desenvolvidas no sistema de pesquisa agropecuária coordenado pela Embrapa são em geral de fácil adoção e são amplamente testadas e demonstradas antes de se tornar realidade no ambiente da produção. Neste trabalho, discutem-se aspectos que envolvem a adoção de tecnologias por uma amostra de agricultores da região do Sudoeste de Goiás, nos municípios de Santa Helena de Goiás, Rio Verde, Montividiu e Jataí. As propriedades são caracterizadas por grandes extensões de áreas de cultivo da soja, milho, alguns plantios de feijão e muito pouco com arroz e tomate. A soja é cultivada em quase monocultura, havendo um declínio das áreas de milho safrinha na rotação com a soja. São agricultores com bom nível de escolaridade e de exposição às tecnologias recomendadas para os cultivos no Cerrado. Há, entretanto, pequeno contingente de agricultores que adotam a tecnologia do MIP e, entre as várias razões para a não adoção, aponta principalmente a dificuldade de contratação de funcionário com treinamento para a atividade. Este fato denota comportamento oportunista típico de regiões de fronteira, com alto grau de arrendamento de terras, o que impede adoção de tecnologias que demandam ações de médio e longo prazos. O estudo conclui ressaltando a necessidade de ações mais contundentes de transferência de tecnologias para os sistemas agrícolas na Região.

Palavras-chave: sistemas agrícolas, monocultura, sustentabilidade, arrendamento, controle químico, controle biológico

I. Introdução

O Manejo Integrado de Pragas (MIP) das lavouras compõe-se de um conjunto de práticas tecnológicas e seus efeitos são potencializados sob sistemas que envolvem a sinergia entre plantas, em rotação e sucessão e, sobretudo busca o equilíbrio com a natureza, ao otimizar a atuação de inimigos naturais, com o uso mínimo de inseticidas. O MIP é definido como um sistema de manejo de pragas que no contexto associa o ambiente e a dinâmica populacional da espécie,

utiliza todas as técnicas apropriadas e métodos de forma tão compatível quanto possível e mantém a população da praga em níveis abaixo daqueles capazes de causar dano econômico (Quintela 2001).

O conjunto de técnicas e processos envolve esforço diferenciado (ex. mão-de-obra treinada) e seus efeitos são cumulativos ao longo do tempo contribuindo para a sustentabilidade do desenvolvimento da agricultura. Os benefícios são acumulados pela quase ausência de pulverizações, cujos efeitos são danosos à saúde humana e ao ambiente, como reduzem-se os custos de produção das lavouras, em qualquer nível de produção.

O trabalho de convencimento para utilização dessas práticas há que ser contínuo e sempre se utilizando da demonstração de seus resultados. A crise vivida pela agricultura nas regiões de produção extensiva de grãos está intrinsecamente relacionada à habilidade do produtor no uso de tecnologias de produção e de uma gestão eficiente dos recursos na propriedade.

Nesse sentido, projetos de transferência de tecnologias que envolvam processos holísticos de condução das lavouras, otimizando seus retornos devem ser continuamente priorizados, oferecendo oportunidade ao produtor de tomar decisão com base em resultados direcionados à sua realidade. A atividade de transferência de tecnologias, na Embrapa Arroz e Feijão, em parceria com a Agência Rural, busca a interação com os agricultores, visando soluções sustentáveis. Neste trabalho são apresentados aspectos da prática e indicações dos fatores que interferem na sua adoção, numa região produtora.

I. 1. Objetivo Geral – apresentar aspectos relacionados à adoção da tecnologia do MIP pelos agricultores, numa Região produtora de Goiás;

I. 1.1 Especificamente pretende-se: - identificar

¹ Pesquisadoras da Embrapa Arroz e Feijão, Respectivamente, Economia Rural e Entomologia, Caixa Postal 179, Santo Antônio de Goiás, GO, 75365-000, e-mails: smilagres@cnpaf.embrapa.br; quintela@cnpaf.embrapa.br,

² Extensionista e Pesquisadora da AGENCIARURAL, Cx. Postal 331, Goiânia, GO CEP: 74610-060

³ Administrador da FESURV



fatores que interferem na adoção de tecnologias nas lavouras e inferir sobre aspectos da transferência de tecnologias para a sustentabilidade da agricultura, no Sudoeste Goiano.

II. Metodologia

As características socioeconômicas da produção bem como o processo tecnológico do MIP dos cultivos de *soja, milho e feijão* são descritos para as safras 2001/02, 2002/03 e 2003/04. A situação atual de sua adoção envolveu consultas a uma amostra de 70 propriedades rurais nos municípios de Rio Verde (33 propriedades), Jataí (12), Santa Helena de Goiás (12) e Montividiu (13), na Região Sudoeste Goiás. A região sudoeste foi a escolhida para a avaliação socioeconômica por ser a principal região produtora de grãos no Estado de Goiás. A adoção do MIP pelos produtores foi considerada quando eram realizadas amostragens periódicas das pragas e seus inimigos naturais, através de preenchimento de fichas de campo e na utilização de níveis de controle para cada praga. A escolha dos produtores dentro de cada município ficou a cargo dos técnicos da Agência Rural, que procuraram representar, na amostra, a diversidade de sistemas e estratos da produção dos municípios.

III. Resultados

No total das áreas, as 70 propriedades ocupam cerca de 56 mil hectares, com média das áreas próprias de 704 ha, 662 ha de áreas arrendadas em média, totalizando 838 ha na média das propriedades (Tabela 01).

Dos entrevistados, 44,3% têm nível de escolaridade superior, 31,4% nível médio e 24,3% nível fundamental. A residência da família do agricultor na propriedade é um dos fatores que podem estar relacionados à maior adoção de tecnologias, pois normalmente aumenta o grau de interação com a forma de conduzir as lavouras. Consta-se que para cada três famílias, uma é residente nas fazendas visitadas. Dos residentes nas propriedades, 8% (duas famílias) têm área superior a 500 hectares, enquanto entre os não residentes, 35% são propriedades menores de 500 hectares, demonstrando ausência de relação entre moradia fora com tamanho da área de propriedade.

A prática de arrendamento não apenas influencia níveis de adoção de tecnologias nos cultivos, como parece, nesta amostra, estar relacionada diretamente ao nível de escolaridade do agricultor. As médias de áreas cultivadas arrendadas pelos agricultores com maior nível de escolaridade são maiores, portanto maior escala de produção

Tabela 01
Área Total e Média das propriedades selecionadas na Amostra,
Região Sudoeste de Goiás, 2005.

Característica da Propriedade	Própria	Arrendada	Total
Área Total	38573,2	18535,7	56490,9
Área Média	703,9	662,0	838,0

Fonte: Pesquisa realizada com recursos do Programa de Incentivo à Pesquisa (Proinpe) da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia – Sectec.

e maior exigência de adoção de tecnologias. Nas safras 2002-2004, dos 70 agricultores, 28 eram arrendatários de terra adicional para plantios, dos quais 13 eram apenas arrendatários, não possuindo área própria.

III.2 - Adoção de Tecnologias Melhoradas para as Culturas

Observa-se que há um certo grau de seletividade por parte dos agricultores e as práticas tecnológicas adotadas. Uma grande proporção

informou que faz Análise de Solo, prévia aos cultivos. Já não são tão comprometidos com a Rotação de Cultivos (55% não fazem), conforme recomendado, o que pode ser explicado pelo grande contingente de áreas arrendadas, muitas vezes por tempo limitado, não favorecendo uma prática que tipicamente dará resultado a médio e longo prazo.

Quando questionados sobre presença de insetos nas lavouras e seu controle, 50% dos entrevistados revelaram ter algum conhecimento sobre a tecnologia de Manejo Integrado de Pragas (MIP),



mas somente um produtor utiliza parcialmente a tecnologia. A maioria dos produtores (89,7%) manifestou que gostaria de implementar a tecnologia do MIP em suas fazendas. As principais razões para a não adoção das práticas (do MIP) são apontadas: a necessidade de funcionário treinado (47,14%); o agricultor realiza o controle químico preventivo das pragas (22,86%); consideram o MIP de difícil adoção, por questões econômicas 27%; ou por insegurança e falta de orientação (25,7% dos casos), outros 14,3% dos agricultores se dizem sem preparo para mudar ou acham muito difícil (4,3%) (Tabela 02).

Tabela 02
Razões apontadas pelos entrevistados para a não adoção do MIP – Agricultores do Sudoeste Goiano, 2005.

Razões Apontadas	N	%
Mais caro que o utilizado	6	8,57
Controle insuficiente	3	4,29
Altera sistema produção	2	2,86
Aversão a mudanças	3	4,29
Não vê segurança	4	5,71
Pequeno diferencial lucro	6	8,57
Desconhece assunto	6	8,57
Não preparado para mudar	10	14,29
Medo de perder	7	10,00
Falta treinamento extensionistas	5	7,14
Muito dificultoso	3	4,29
Demanda funcionário treinado	33	47,14
Faz controle preventivo	16	22,86
Difícil adoção	14	20,00

Fonte: Dados da Pesquisa

Outra característica relevante para a adoção de tecnologias novas na produção de grãos nessa região é a presença de extensas áreas de cultivo, exigindo alto grau de mecanização e presença expressiva da prática de pulverização de inseticidas por pulverizadores tratorizados e, cerca de 5% das áreas sob plantio são pulverizadas por avião.

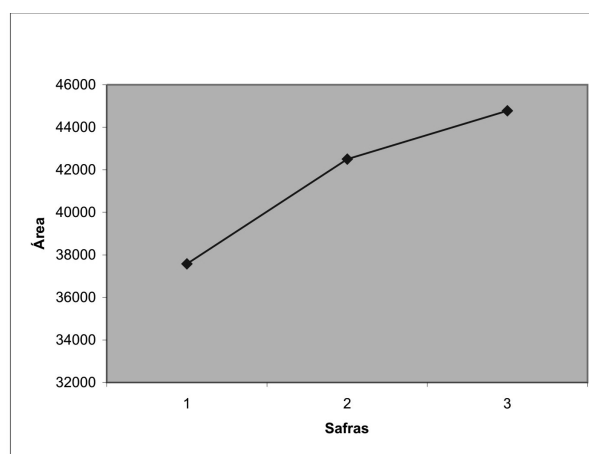
Dos 70 entrevistados, 68 responderam que plantaram a soja, 39 cultivaram milho e 9 cultivaram o feijoeiro nas três safras pesquisadas (2001/02, 2002/03 e 2003/04), em três épocas de plantio. Assim como na rotação, a prática de diversificação de culturas na propriedade é também limitada. São produtores de soja (97%), em rotação com o milho (54%), que plantam feijão (13%) e

é tímida a presença de outros cultivos nas propriedades, com pequeno número de produtores de arroz, algodão, trigo, sorgo e tomate.

Verificou-se ainda, no período analisado na pesquisa, o crescimento e declínio nas áreas de safrinha, como alternativa recomendada para a rotação, em substituição ao monocultivo da soja.

Foi expressivo o crescimento das áreas de plantio da soja no Sudoeste goiano no período 2002-2004. Passaram de 37.573 hectares em 2002 a 42.503 em 2003 e a 44.773 hectares em 2004, nessa amostra de 68 agricultores (Figura 01).

Figura 01
Evolução do plantio de Soja nas propriedades, 2002-2004



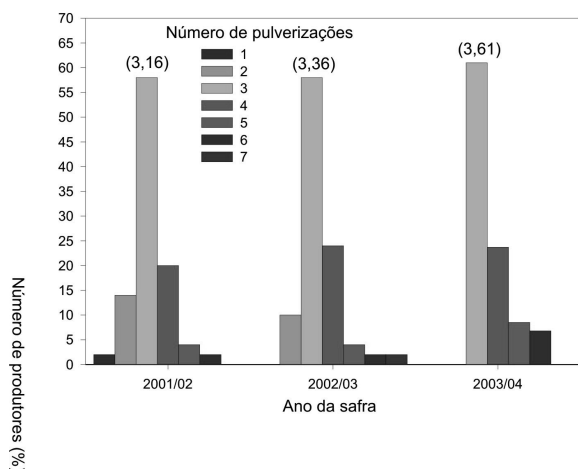
Fonte: Dados da pesquisa

Assim como cresceram as áreas de soja, observou-se nítida e crescente dependência de aplicações de inseticidas, com o crescimento do número de pulverizações aplicadas na cultura da soja, de 3,16 a 3,61 aplicações, no período 2002-2004. (Figura 02). Os sojicultores são unânimes quanto à informação sobre maior incidência de insetos, sendo o percevejo marrom, *Euschistus heros*, a principal praga.

Esse fato da crescente dependência de inseticidas químicos por si só evidencia a necessidade da adoção da prática do MIP, não somente pelos custos menores pelo uso do manejo adequado a cada ano, mas também pelo declínio gradativo da presença do inseto em safras sucessivas, potencializando ganhos, muitas vezes não contabilizados na análise dos benefícios da tecnologia.



Figura 2
Número de pulverizações de inseticidas por safra realizada pelos produtores para o controle de pragas da soja.

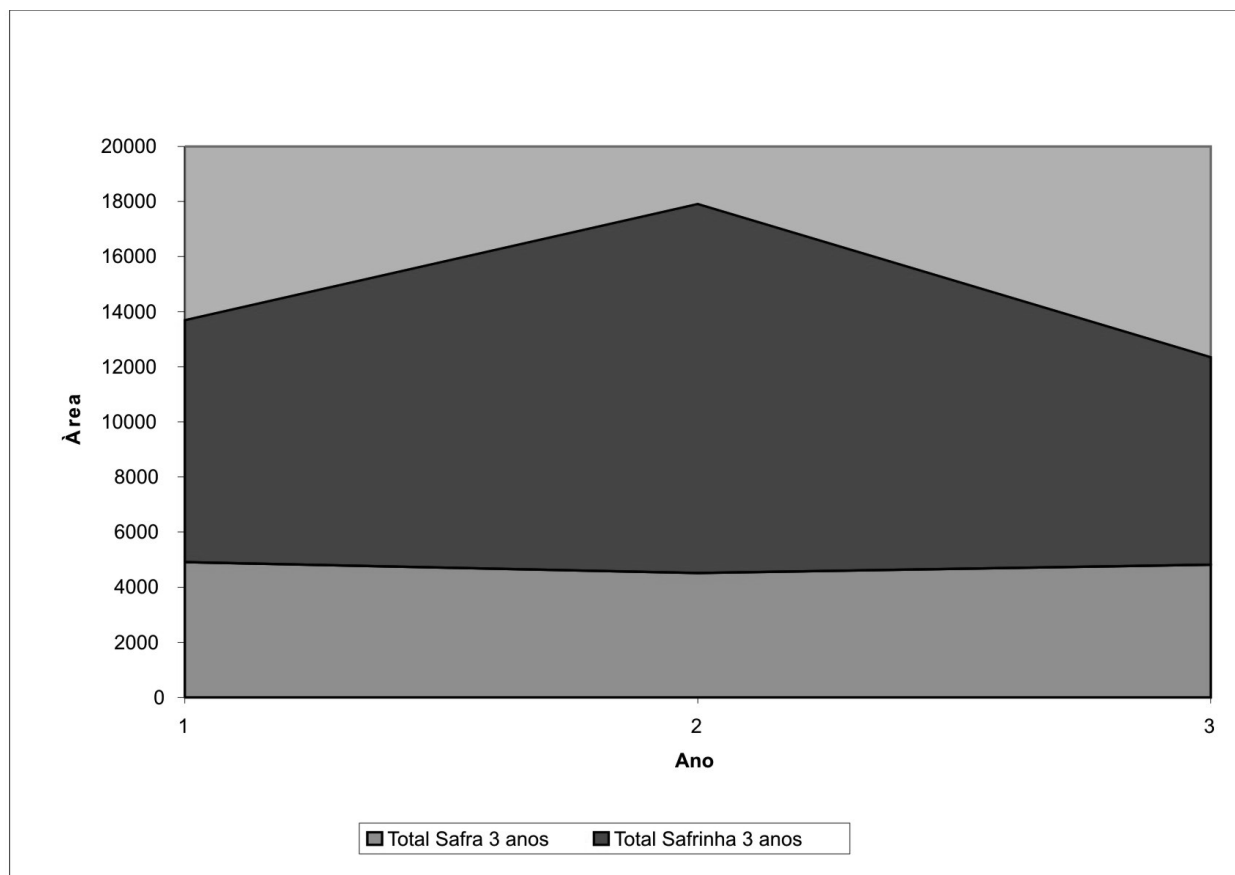


Um contingente de sojicultores (52%) teve algum contato com a tecnologia MIP e 54% revelaram ser conhecedores dos inimigos naturais das pragas que atacam a lavoura. Os níveis de escolaridade encontrados na amostra estudada, seu grau de exposição às novas tecnologias e as evidências

apresentadas das vantagens do MIP (baixo custo financeiro e ambiental) vis-a-vis o crescimento observado no número de pulverizações contra insetos pragas que atacam as lavouras de soja, na região, revelam situações preocupantes. Mais ainda, a constatação sobre o uso do *Baculovirus anticarsia* para o controle da lagarta da soja, *Anticarsia gemmatalis*, tecnologia extensivamente difundida, comprovadamente eficaz, de fácil manejo, cuja utilização provou, na amostra, ter sido reduzida. Enquanto 36% dos sojicultores informaram já haver utilizado o produto, apenas 11% se mantêm adotando a prática.

O declínio da adoção da tecnologia, associado à grande utilização de inseticidas na absoluta maioria das áreas cultivadas (apenas 4% não receberam algum tipo de inseticida) com soja em quase monocultivo, apontam para graves riscos à sustentabilidade da agricultura nessas propriedades, muito possivelmente na Região Sudoeste de Goiás. Não apenas o recurso solo, como o ar e a água subterrânea se vêem ameaçados, dada a fragilidade do ambiente cerrado, mas há que

Figura 03
Área cultivada de Milho em duas épocas, 2002-2004



Fonte: Dados da pesquisa



se considerar ainda os riscos à saúde humana na Região. Atividades de transferência de tecnologias devem ser intensificadas, com vistas a explicitar as vantagens e estimular maior adoção de tecnologias que comprovadamente melhoram as condições de vida e sustentabilidade do desenvolvimento, suas dimensões social, econômica e harmonia com o ambiente.

O milho é cultivado em sucessão e rotação com a soja, em 37 das 70 propriedades amostradas, sendo o maior contingente das áreas em rotação ou safrinha (Figura 03). Um total de 15 agricultores cultiva o milho em duas épocas, desses, três sob irrigação; outros 12 fazem o plantio do milho apenas em sucessão e os demais (10) são produtores de soja, com plantio de milho apenas na safrinha.

É maior o contingente (37%) de áreas cultivadas de milho sem uso de inseticidas, mas 12 produtores revelaram ter tido prejuízo com ataque da lagarta do cartucho, *Spodoptera frugiperda*, e o número de pulverizações, de 2,67 passou a 2,75 e 2,85, por safra, em três anos de cultivo. Apenas um produtor revelou utilizar a vespinha, *Trichogramma* sp. parasitóide de ovos da lagarta do cartucho. Parcela importante revelou conhecer a tecnologia MIP (22 agricultores) e 28 conhecem os inimigos naturais, conforme respostas obtidas no contato com os agricultores.

O cultivo do feijão, diferentemente da soja e milho que aparecem no sistema em rotação, é em geral isolado e aparece na amostra em um número reduzido de nove propriedades, ou 13% do total. Também na cultura do feijão observou-se comportamento pouco dinâmico, com estagnação dos cultivos em 1ª época (em torno de 300 hectares), declínio acentuado das áreas de 2ª época, no segundo ano em análise e o crescimento, com posterior recrudescimento da área sob cultivo, na 3ª época (plantio de inverno, irrigado) da cultura. Na amostra selecionada as áreas com irrigação representam 37% dos plantios de feijoeiro.

O uso de tecnologias melhoradas na cultura do feijoeiro, apesar do limitado número de produtores na amostra, parece mais intenso pela presença de importante contingente de áreas irrigadas, cujo sistema tem características que o tornam mais exigente.

Observa-se, no conjunto dos agricultores, altos e crescentes níveis de utilização de inseticidas,

ao todo chegando a 27, no último ano e com média de 4,8 aplicações, por cultivo, o que é expressivamente maior que para a soja e o milho.

O cultivo do feijão, diferentemente da soja e milho que aparecem no sistema em rotação, é em geral isolado e aparece na amostra em um número reduzido de nove propriedades, ou 13% do total. Também na cultura do feijão observou-se comportamento pouco dinâmico, com estagnação dos cultivos em 1ª época (em torno de 300 hectares), declínio acentuado das áreas de 2ª época, no segundo ano em análise e o crescimento, com posterior recrudescimento da área sob cultivo, na 3ª época (plantio de inverno, irrigado) da cultura. Na amostra selecionada as áreas com irrigação representam 37% dos plantios de feijoeiro.

O uso de tecnologias melhoradas na cultura do feijoeiro, apesar do limitado número de produtores na amostra, parece mais intenso pela presença de importante contingente de áreas irrigadas, cujo sistema tem características que o tornam mais exigente.

Observa-se, no conjunto dos agricultores, altos e crescentes níveis de utilização de inseticidas, ao todo chegando a 27, no último ano e com média de 4,8 aplicações, por cultivo, o que é expressivamente maior que para a soja e o milho.

Observam-se níveis também expressivos de uso de sementes tratadas no cultivo de feijão, sendo apenas 22% os agricultores que não o fazem.

IV – Conclusões

A produção extensiva de oleaginosas e grãos no Centro-Oeste continua com características de exploração oportunista da fronteira agrícola. A consciência crescente da fragilidade dos ecossistemas regionais não é refletida na prática do cultivo de lavouras que se expandiu, representando risco à sustentabilidade do desenvolvimento da atividade na região. Neste estudo procurou-se descrever uma tecnologia altamente comprometida com o desenvolvimento sustentável e discutir o comportamento dos agricultores em relação à adoção do MIP. Comprovadamente melhor, pela redução de custos financeiro e ecológicos,



propõe ação sinérgica entre plantas, reduz consideravelmente o uso de químicos nas lavouras e tem conseqüências benéficas pelo equilíbrio que promove na biodiversidade, na presença de inimigos naturais, permitindo reduzir ao mínimo tolerável o dano causado às lavouras por pragas.

Neste estudo analisam-se informações colhidas junto a agricultores, em uma amostra representativa da atividade agrícola na Região Sudoeste de Goiás. São áreas predominantemente extensas, onde os agricultores buscam potencializar escala de produção, ao agregar mais área via arrendamento, com conseqüências à adoção de práticas apropriadas e exaustivamente demonstradas pela pesquisa e extensão.

- São produtores que atuam na atividade nos últimos cinco anos, com bom nível de escolaridade (44% com formação superior), 34% residem na propriedade e 18,6% não são proprietários, apenas arrendatários da terra cultivada.

- A atividade agrícola é pouco diversificada: monocultura da soja acompanhada de lavoura de milho e as demais, mesmo o feijão, presentes em número limitado de propriedades. Essa monocultura acarretou alta incidência de insetos das lavouras, principalmente da soja em anos recentes.

- A escolaridade parece nessa amostra estar relacionada diretamente com maior busca por arrendamento. A prática de arrendamento tem característica contraditória à adoção de tecnologias de médio prazo. Produtores arrendatários não se sentem motivados a investir em tecnologias cujos efeitos são cumulativos ao longo do tempo, apesar de haver sido provado que mesmo no primeiro ano são benéficos os efeitos do controle integrado de pragas das plantas.

- Acredita-se que o envolvimento necessário à condução do MIP é incompatível com a ausência do agricultor, isto é, a presença do agricultor na propriedade contribui para melhor condução da tecnologia. A decisão de pulverizar preventivamente, ou monitorar a evolução da praga e seus níveis de dano envolve riscos e gestão das informações colhidas ao longo do ciclo da lavoura.

- Há fatores de risco climático e de preço relevantes que interferem na maior adoção das tecnologias de manejo integrado. O uso da pulverização preventiva parece mais seguro,

agricultores se dizem resistentes a mudanças e a sazonalidade do mercado corrobora para esse comportamento. A prática da safrinha que permite a rotação desejada de cultivos é sensivelmente influenciada pela disponibilidade pluviométrica e a infra-estrutura de irrigação insuficiente para suprir tal deficiência.

- Dentre as causas apontadas pelos baixos níveis de adoção da prática do MIP, há necessidade da presença de um funcionário com missão específica de monitoramento da incidência das pragas e danos. Ao tempo em que o fato constitui vantagem por promover o emprego de mão-de-obra com melhor nível de capacitação, implica em custo adicional para o agricultor, plenamente absorvível pelos benefícios advindos da redução de pulverizações danosas à saúde humana e ao meio ambiente.

- Observa-se ao longo dos anos uma inversão de resultados do esforço realizado para transferir as tecnologias de manejo integrado: é crescente e assustador o número de pulverizações por ciclo de cultivo e os agricultores são, em sua maioria, conhecedores da prática, do dano causado pelos insetos pragas, e da importância de preservar e conhecer inimigos naturais para o equilíbrio dos ecossistemas. Entretanto sentem-se inseguros, preferem medidas convencionais mesmo depredadoras e abandonam práticas comprovadas de menor custo que promovem o equilíbrio com a natureza – parcela significativa dos agricultores (64%) revelou ter usado o controle biológico da lagarta da soja com o uso do *Baculovirus*, contingente atualmente reduzido a 11% de produtores aplicando a tecnologia.

- O processo de adoção dessas tecnologias e em particular do MIP é lento. Há que se basear em ações insistentes de transferência e contínuas atividades de demonstração, mas resulta de fatores socioeconômicos e de gestão do negócio agrícola, contingenciado pela atitude imediatista, sem visão de médio e longo prazo e oportunista, no sentido da exploração dos recursos, independente de seus efeitos nefastos à biodiversidade e equilíbrio natural.

Referência

QUINTELA, E. D. Manejo Integrado de Pragas do Feijoeiro. Circular Técnica, 46. Embrapa Arroz e Feijão, Santo Antônio de Goiás, GO, Dezembro de 2001. 28 p.



Avaliação da Eficácia da Política de Reserva Legal



*Claudinei Antônio
Rigonatto**

Resumo: A Reserva Legal instituída pela Legislação Brasileira não tem conseguido atingir os índices de eficácia planejados pela política ambiental. Alguns fatores como a dificuldade do Estado em aplicar os instrumentos de monitoramento e fiscalização, além dos custos impostos aos produtores rurais para manutenção e conservação destas reservas, se destacam entre os principais fatores que levam ao descumprimento da lei. O artigo apresenta dados sobre o cumprimento da lei e alternativas viáveis de políticas mistas, para melhorar sua eficácia.

Palavras-chave: Reserva Legal, legislação ambiental, eficácia.

1 – Introdução

A lei florestal brasileira criada em 1934 passou por inúmeras modificações, culminando com a criação do instrumento de gestão ambiental denominado Reserva Legal (RL). As mudanças que vêm ocorrendo, alteram os usuais sistemas de produção dos produtores rurais, gerando resistências e desobediências. Aliados à resistência dos agricultores em cumprirem a lei, principalmente quando se leva em consideração os custos gerados pela legislação, o Estado tem tido dificuldade em aplicar os instrumentos de monitoramento e fiscalização, resultando na baixa eficácia da RL.

Dessa forma, a sociedade, que almeja a manutenção de padrões ambientais mínimos, deve ser informada dos fatores que conduzem ao fracasso a lei brasileira, bem como, dos custos e benefícios gerados pela política. Fazendo-se uma avaliação dos dados estatísticos disponíveis, apresentamos os índices de cumprimento da reserva legal no Estado de Goiás e no município de Montividiu-GO. Mostraremos que a ineficácia da reserva legal, como instrumento de gestão do patrimônio

ambiental, sugere a adoção de políticas mistas. Isto é, para que ela possa alcançar seus objetivos, deve ser combinada com outros instrumentos de política.

2 - A Lei Florestal Brasileira sobre a Reserva Legal

O conceito de RL é recente, porém, a obrigatoriedade do proprietário rural em reservar parte de sua propriedade para a manutenção dos ecossistemas naturais surgiu no Brasil na década de 1930. O primeiro Código Florestal brasileiro foi instituído em 1934 (Decreto nº 23.793 de 23/01/1934) e sofreu ao longo do tempo modificações na sua dimensão e finalidade. Aquela lei determinava que “nenhum proprietário de terras cobertas com matas nativas originais podia abater mais de 75% da vegetação existente, exceto se fossem propriedades pequenas situadas próximas de florestas ou zona urbana, ou se transformassem a vegetação florestal heterogênea em homogênea” (BACHA, 1993). O princípio da lei era a preocupação do legislador em manter uma reserva de madeira para uso próprio, na fazenda. Prova dessa preocupação, relatada por Bacha (2005) era que: i) essa área era denominada como reserva florestal; ii) a floresta nativa podia ser transformada em outra plantada, homogênea ou heterogênea, e iii) a reserva florestal não necessitava ser mantida em áreas próximas de florestas.

O segundo Código Florestal (Lei nº 4.771 de 15/09/1965) manteve a idéia de reserva florestal da lei anterior, porém, houve explícita menção à reserva legal sendo válidas para florestas de domínio privado. Foram também estabelecidos limites de preservação de áreas nativas para 20% dos imóveis das regiões Leste Meridional, Sul e Centro-Oeste e de 50% nas áreas ainda não utilizadas como a região Norte e o norte da região Centro-Oeste. Já a Lei 7.803 de 18/07/1989 (que

* Engenheiro Agrônomo. Mestre em Gestão Econômica do Meio Ambiente pela UnB. Assessor Técnico da FAEG e Professor no Curso de Tecnologia em Gestão de Agronegócios da Universidade Salgado de Oliveira - Campus Goiânia. E-mail: rigonatto@faeg.com.br



altera a Lei 4.771/65), que se refere a essa área, não mais como reserva florestal, mas reserva legal, determina a obrigatoriedade de averbação da RL na matrícula do imóvel e a estende, no caso de áreas na região dos cerrados, para uma RL de pelo menos 20% da área dos imóveis. Assim, por se tratar de uma área de interesse público, a intervenção na reserva legal fica expressamente condicionada à autorização do órgão competente. Dessa forma, o conceito de reserva legal definido na legislação brasileira¹ é dado como sendo uma: *“Área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente², necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas”*.

Como já foi mencionado, não é permitido o corte raso e a alteração do uso do solo. Dessa forma, a vegetação da reserva legal não pode ser suprimida, podendo, no entanto, ser utilizada sob regime de manejo florestal sustentável. De acordo com análise de Joels (2002) a legislação brasileira destaca pela primeira vez, a função da reserva legal como área de conservação da biodiversidade, retirando o caráter utilitarista que a acompanhou desde os primórdios de sua criação. A área de reserva legal deve ser demarcada de acordo com a legislação, priorizando áreas contíguas a outras áreas protegidas, evitando-se a fragmentação dos remanescentes da vegetação nativa e mantendo-se os corredores necessários ao abrigo e deslocamento da fauna.

Uma das grandes mudanças na condução da política ambiental ocorre a partir de 1992. A Lei 8.171 de 17/01/1991, em seu artigo 99, determina ao proprietário rural, que não tenha a totalidade ou parcela da RL definida em lei, a reposição dessas reservas por meio de plantios anuais correspondentes a 1/30 do que necessita ser reposto. Foi a partir desse momento, que

ocorreu o acirramento do debate sobre essa nova imposição legal, com início de inúmeras disputas judiciais. As pressões levam o governo a reformar a legislação, ocorrendo a edição de 67 medidas provisórias que alteram a dimensão e a reposição da RL.

Observa-se então, que a nova legislação impôs elevados custos econômicos e administrativos para os proprietários rurais, gerando, segundo Cunha (2004): i) fortes resistências ao cumprimento da lei; ii) dificuldades para a fiscalização e iii) acirramento do conflito entre as correntes ecologistas e desenvolvimentistas. No centro da discussão estão as restrições impostas ao direito de propriedade. Ou seja, se a lei transgride esse direito, os proprietários reclamam a compensação das perdas. Outro fator de resistência, considerado tecnicamente injustificável³, é a obrigatoriedade em deixar de produzir em áreas cultivadas há décadas, para recomposição da RL.

Apesar da importância ecológica das áreas florestais (como as de reserva legal), a mesma representa, para muitos agentes econômicos (principalmente para os agropecuaristas), uma forma de penalização, pois os mesmos prestam serviços a toda sociedade, sem ter retorno ou ser remunerados por eles. Segundo Oliveira e Bacha (2003), a renúncia ao lucro, proporcionada por uma eventual atividade econômica a ser exercida na área de RL, caracteriza o prejuízo dos agropecuaristas. A CNA (2002), que representa a classe de empresários rurais, também argumenta que o fato de gerar encargos exclusivamente privados e benefícios sociais tem sido questionado ao longo dos últimos anos.

Observa-se então, que o Estado brasileiro não demonstra dispor de meios técnicos, nem financeiros, para resolver o problema. E dada essa limitada capacidade administrativa do Estado, a solução mais fácil, foi imputar os custos da conservação ambiental aos proprietários rurais. Com isso, a imposição legal em manutenção das

¹ Código Florestal – Lei 4.771/65 modificado pela Medida Provisória 2.166-67 de 24/08/2001.

² Áreas de preservação permanente são aquelas situadas ao longo dos rios e demais cursos d’água, sendo sua dimensão, uma função da largura do próprio curso d’água. Ainda estão incluídas como áreas de preservação permanente as áreas ao redor de lagos e reservatórios naturais ou artificiais, nascentes, topo de montes e serras, áreas declivosas e áreas com altitude acima de 1.800 metros, por exemplo. Nestas áreas a vegetação nativa deve ser preservada, não podendo sofrer ação do homem. (OLIVEIRA & BACHA, 2003)

³ Cunha (2004) apresenta como outro argumento técnico, a dúvida sobre a eficácia da proteção ao meio ambiente, a obrigatoriedade de se deixarem pequenas glebas de vegetação nativa dispersas pelo território nacional. E questiona se não seria melhor, em termos ecológicos e econômicos, uma política voltada à preservação de áreas de maior ou algum valor ambiental, ao invés de excluir do sistema produtivo, áreas que poderiam ser melhor utilizadas com atividade agropecuária.

RL's sem considerar as dinâmicas de mercado, resulta em elevados custos para a sociedade (SIQUEIRA, 2004).

3 - Avaliação da Eficácia da Reserva Legal

A utilização do instrumento de política ambiental brasileira – reserva legal, requer uma avaliação criteriosa na apreciação das políticas ambientais a serem adotadas. Fazendo uma análise sobre a eficácia do instrumento estudado, Oliveira e Bacha (2003) afirmam que menos de 10% dos imóveis rurais vêm mantendo áreas de reserva legal. Afirmam que quanto maior é a relação entre a área total dos imóveis rurais em relação à área da unidade da federação, menor é o índice de cumprimento da RL. Relatam que a pressão sobre os recursos naturais tem sido mais importante que a própria legislação na determinação do cumprimento da RL. Ou seja, este resultado demonstra empiricamente a ineficácia da legislação que não consegue se impor

à pressão do mercado, em busca de produtos agrícolas e maximização de lucros. Ou seja, o cumprimento da reserva legal, nas condições atuais mostrou-se incapaz de atingir os objetivos propostos.

Joels (2002) afirma também que os fatores econômicos são os principais responsáveis pela ausência de áreas de RL nas propriedades rurais, resultando no descumprimento da legislação que impõe este padrão ambiental. A autora conclui que a implantação e conservação da RL vão depender de que governo e sociedade façam suas partes, pois este padrão ambiental custa tempo e dinheiro dos proprietários rurais.

Porém de acordo com Bacha (2005) não existem dados sistemáticos sobre o número e a proporção de imóveis rurais que mantêm áreas com RL. Existem dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, relativos ao cadastramento dos imóveis rurais, que são informações apresentadas pelos proprietários rurais. Entretanto, o último recadastramento

Tabela 1
Percentagens dos imóveis rurais do Brasil que registram presença de reserva legal

Estado	1972	1978	1992	1998
Rondônia	60,13	93,03	6,24	5,02
Acre	30,63	33,38	3,52	2,48
Amazonas	42,08	75,51	2,67	1,61
Roraima	29,96	98,73	2,94	1,74
Pará	27,23	27,65	38,75	24,94
Amapá	31,92	34,47	5,30	3,14
Maranhão	9,97	12,11	11,18	9,29
Piauí	1,77	1,04	0,86	0,97
Ceará	3,12	1,63	1,11	0,96
R.G. do Norte	0,97	0,77	1,56	1,28
Paraíba	1,77	0,71	0,78	0,64
Pernambuco	1,26	1,20	0,81	0,68
Alagoas	1,88	0,89	0,65	0,57
Sergipe	1,04	0,67	1,97	1,83
Bahia	4,05	2,54	2,28	20,10
Minas Gerais	11,60	6,54	11,27	10,70
Espírito Santo	5,76	3,88	5,85	4,73
Rio de Janeiro	8,48	4,88	7,23	6,44
São Paulo	18,23	9,88	6,92	6,41
Paraná	6,77	4,03	8,06	7,67
Santa Catarina	8,01	5,64	3,33	3,20
R.G. do Sul	14,46	8,32	3,36	3,31
Mato Grosso*	19,92	17,15	42,12	38,88
Goiás**	14,34	10,29	10,94	10,17
D.Federal	34,12	13,65	16,74	12,14
Brasil	9,78	7,24	7,38	7,04

Fonte: Estatísticas Cadastrais do INCRA (1998). *Inclui Mato Grosso do Sul. **Inclui Tocantins



geral exigido pelo órgão foi em 1992. Esses cadastros apresentam problemas como falta de alguma informação em determinado ano-base, exclusão de informações por erros, ou mesmo, para evitar o comprometimento do informante. As Tabelas 1 e 2 apresentam os dados do INCRA sobre os percentuais de imóveis que declararam conter RL, e a proporção de sua área com RL. Bacha (2005) faz algumas observações sobre os dados apresentados:

i. Desde a década de 1970 tem sido comum o desrespeito ao cumprimento da RL. Menos de 10% dos imóveis rurais cumprem a RL, e

os que cumprem, não mantêm a quantidade mínima definida em lei.

ii. A região Nordeste é a que possui o menor índice de RL, tendo no máximo 2% dos imóveis rurais declarados possuírem RL em 1998.

iii. Na década de 1970 o maior índice de cumprimento da RL ocorria na região Norte. Porém a partir da obrigatoriedade em se registrar esta área na matrícula do imóvel, a partir de 1989, deve ter ocorrido a sonegação dessa informação, vista a redução acentuada dos percentuais (vide Tabela 1).

Tabela 2
Percentagem dos imóveis rurais do Brasil cobertos com reserva legal

Estado	1972	1978	1992		1998	
	Em relação à área de todos os imóveis rurais	Em relação à área de todos os imóveis rurais	Em relação à área de todos os imóveis rurais	Em relação à área dos imóveis rurais que têm reserva legal	Em relação à área de todos os imóveis rurais	Em relação à área dos imóveis rurais que têm reserva legal
Rondônia	26,84	41,06	10,89	47,74	9,36	46,84
Acre	19,06	31,54	22,35	43,74	15,07	48,90
Amazonas	36,30	43,99	9,87	49,43	6,37	48,79
Roraima	12,40	49,07	1,72	42,05	2,99	44,74
Pará	29,47	30,65	31,83	44,38	24,36	45,45
Amapá	33,70	29,70	20,40	47,75	15,91	47,76
Maranhão	8,31	11,32	8,56	33,21	6,79	33,35
Piauí	0,96	1,40	2,16	19,52	1,95	20,30
Ceará	1,28	1,02	0,78	16,92	0,59	17,32
R.G. do Norte	0,72	0,40	1,91	18,34	1,19	18,43
Paraíba	1,14	0,93	1,11	20,09	0,84	18,88
Pernambuco	1,19	1,51	1,33	17,07	0,96	17,70
Alagoas	1,48	1,51	0,76	16,27	0,72	16,77
Sergipe	1,19	0,71	1,38	16,18	1,79	18,17
Bahia	2,55	3,59	3,11	18,25	3,26	19,03
Minas Gerais	2,69	2,87	5,28	16,56	4,92	16,80
Espírito Santo	1,51	2,27	1,73	13,35	1,20	13,12
Rio de Janeiro	6,79	5,49	2,90	17,09	2,13	16,62
São Paulo	5,59	3,46	2,64	14,32	2,70	15,21
Paraná	3,69	2,87	3,59	15,80	3,55	16,60
Santa Catarina	2,67	2,41	2,27	19,00	2,16	19,12
R.G. do Sul	1,64	0,94	0,57	10,11	0,57	10,54
Mato Grosso*	16,88	17,19	20,40	32,93	18,05	31,59
Goiás**	5,77	5,06	6,17	23,86	5,76	26,68
D.Federal	5,48	5,16	5,88	14,89	5,29	17,11
Brasil	9,16	12,75	10,31	30,62	9,58	30,75

Fonte: Estatísticas Cadastrais do INCRA (1998). *Inclui Mato Grosso do Sul. **Inclui Tocantins

3.1- Panorama no Estado de Goiás

Pode-se verificar pelos dados apresentados na Tabela 1 que apenas 10,17% dos imóveis rurais de Goiás declararam apresentar área de reserva legal. Já a Tabela 2 demonstra que a área de reserva legal no Estado em relação à área de todos os imóveis rurais cadastrados é de 5,76%.

A carência de dados atualizados em respeito ao tema nos leva a supor que houve alteração no comportamento dos proprietários rurais, apesar do não cumprimento da legislação. Isto pode ser verificado em uma pesquisa realizada em Montividiu, um dos municípios mais produtivos do Estado. Rigonatto (2006) pesquisou 91 propriedades de Montividiu-GO e encontrou os dados apresentados na Tabela 3.

Tabela 3
Utilização das terras em amostra de 91 propriedades em Montividiu-GO no ano de 2005:

Descrição	Área		Nº de Informantes
	Em ha	Em %	
Área total pesquisada	26.939,7	100,0	91
Área cultivada com agricultura	16.497,9	61,2	77
Área cultivada com pastagens	6.342,9	23,5	54
Área com reflorestamento	114,3	0,4	4
Área ocupada com benfeitorias	332,1	1,2	88
Área de Reserva Legal	2.503,0	9,3	16
Área de Preservação Permanente	591,6	2,2	22

Fonte: Rigonatto (2006), adaptado.

A área total dos 91 imóveis pesquisados perfaz 26.939,7 ha. Em relação aos dados do IBGE (2002), foi coletada amostragem em 28,3% dos imóveis que correspondem a 15% da área rural do município que é de 179.946 ha. Verificou-se que apenas 16 propriedades, ou 17,6% dos imóveis pesquisados, declararam possuir área com reserva legal. Em relação à área total de reserva legal, os 2.503 ha. declarados perfazem 9,3% dos imóveis pesquisados, ou seja, menos da metade da exigência legal. Em apenas 14 propriedades (15,4%) a área de reserva legal atende à legislação ambiental, sendo que em 2 imóveis a área de reserva legal é menor que a exigida. Os outros 75 imóveis consultados (82,4%) não possuem nenhuma área de reserva legal e utilizam a totalidade de suas áreas nas atividades econômicas.

4 - Conclusões

Este trabalho possibilita uma reflexão sobre a eficácia da legislação brasileira em relação à política ambiental no que tange à Reserva Legal. Confirmamos a hipótese da ineficácia da lei quando observamos que a grande maioria dos imóveis pesquisados no município de Montividiu-GO, bem como no Estado de Goiás,

não obedecem a RL. Este desrespeito pode ser explicado, principalmente, pelo elevado custo de oportunidade para o proprietário rural em manter ociosas, áreas de elevado potencial de produtividade e renda agrícola.

Para melhorar o quadro demonstrado, pode-se sugerir a adoção de políticas mistas, como a inserção de licenças negociáveis e até de subsídios, incentivando os proprietários rurais a cumprirem a legislação ambiental. Porém, será necessário avaliar a viabilidade econômica destes instrumentos, pois o montante de recursos necessários para manutenção desta política pode ser grande.

5 - Referências

- BACHA, Carlos José Caetano. **A Dinâmica do Desmatamento e do Reflorestamento no Brasil**. Tese de Livre-Docência, ESALQ/USP, 1993.
- BACHA, Carlos José Caetano. **Eficácia da Política de Reserva Legal no Brasil**. In: **2 Workshop sobre Reserva Legal: Legislação, Uso Econômico e Importância Ambiental**. Piracicaba: ESALQ/USP, 2005.
- BRASIL, Lei 4.771, de 15 de Setembro de 1965. **Institui o novo Código Florestal**. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102353> Acessado em 23/04/2005.



BRASIL, Lei 7.803 de 18/07/1989. **Altera a redação da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e revoga as Leis nºs 6.535, de 15 de junho de 1978, e 7.511, de 7 de julho de 1986.** Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=133032>. Acesso em 23/04/2005.

BRASIL, Lei 8.171 de 17/01/1991. **Dispõe sobre a Política Agrícola.** Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=134632> Acesso em 23/04/2005.

BRASIL, Medida Provisória 2.166-67, de 24/08/2001. **Altera os arts. 1º, 4º, 14, 16 e 44, e acresce dispositivos à Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal, bem como altera o art. 10 da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=233374> Acesso em 11/11/2003.

CNA. Afinal, a Lei de Conservação Florestal é Eficaz?. Informativo técnico Brasília: **Revista Gleba**. Edição julho/agosto de 2001. Disponível em: <http://www.cna.org.br/bleba99/2001/jun/julago/meioambiente.htm> Acesso em 29/10/2003.

CUNHA, Aécio. **Políticas Agrícolas e Proteção do Meio Ambiente no Brasil**. Projeto CEPAL (Trabalho em andamento), 2004.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E RE-

FORMA AGRÁRIA-INCRA. **Estatísticas Cadastrais Municipais**. Vol. 1. 1998. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/htm/serveinf/htm/estat/1998/tab.htm> Acesso em 23/04/2005.

JOELS, Liliane M. **Reserva Legal e Gestão Ambiental da Propriedade Rural: Um Estudo Comparativo da Atitude e Comportamento de Agricultores Orgânicos e Convencionais do Distrito Federal**. Disponível na internet: <http://www.planetaorganico.com.br/trabjoels2.htm> Consultado em 02/11/2003.

OLIVEIRA, Samuel José de Magalhães & BACHA, Carlos José Caetano Avaliação do cumprimento da Reserva Legal no Brasil. **Revista de Economia e Agronegócio**. V. 1, No. 2. p 177- 203, 2003.

RIGONATTO, Claudinei Antônio. **Quem Paga a Conta? Subsídios e Reserva Legal. Avaliando o Custo de Oportunidade do Uso do Solo**. 120 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Econômica do Meio Ambiente), Departamento de Economia. Universidade de Brasília: Brasília, 2006.

SEPLAN - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE GOIÁS. **Anuário Estatístico do Estado de Goiás 2005**. Goiânia: SEPLAN, 2005. Disponível em: http://portalsepin.seplan.go.gov.br/anuario2005/estfundiaria/tabela01_fundiaria.htm Acesso em 12 ago. 2006.

SIQUEIRA, Ciro Fernando A. **Aspectos Econômicos da Conservação de Florestas em Terras Privadas: O Código Florestal e a Reserva Legal na Amazônia**. Dissertação

Governo Sistêmico: Modelo de Gestão em Rede de Goiás¹



Paulo César
Santos*

Resumo: Este artigo apresenta uma abordagem conceitual preliminar sobre a tecnologia de gestão em rede de Goiás, que, nesta reflexão, chamamos Governo Sistêmico. Antes, porém, tratamos de algumas questões relacionadas, a saber: Estado, Cidadania, Estado-Rede, Governança em Rede de Desenvolvimento e Governo Matricial.

Palavras-chave: Estado, estado-rede, governança sistêmica de desenvolvimento, governo sistêmico.

A complexidade é o entrelaçamento múltiplo, em contínuas interações, da infinidade de sistemas e fenômenos que compõem as dimensões da realidade. Sistemas complexos estão dentro de nós e a recíproca é verdadeira. (Adaptado: Mariotti, 2000)

Estado e Cidadania

O Estado contemporâneo desempenha funções complexas, como a orquestração da ordem social, a defesa do interesse público, a garantia da cidadania e, ainda, a articulação do desenvolvimento. No entanto, a universalização da cidadania e a promoção da equidade social constituem questões de natureza problemática, especialmente, num mundo em permanente transformação.

A concepção brasileira de cidadania avançada foi inaugurada pela Constituição Federal de 1988, a Constituição Cidadã, que instituiu um Estado Democrático de Direito, destinado a assegurar o exercício pleno de direitos fundamentais.

Certamente, o surgimento desta nova cidadania é um tema amplo, mas, em resumo, podemos dizer que aos direitos clássicos (civis, políticos, econômicos, sociais), foram agregados novos, chamados direitos difusos (da mulher, do consumidor, do meio ambiente, das minorias étnico-raciais), por “não serem exercidos individualmente, mas por grupos, por nações, por toda a humanidade” (Valente, 2001).

Paradoxalmente à conquista dos direitos do

* Administrador (UCG), cursando Direito (UCG), Consultor Municipal e Gestor Público da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás - Seplan-GO. E-mail: paulocesar@seplan.go.gov.br

¹ O autor dedica este artigo a Sulamita de Aquino Mello Porto e Cunha.

cidadão, e às demandas decorrentes, o papel do Estado brasileiro na sociedade e suas formas de gestão foram e, ainda são, marcados por crises. Destacaremos aquelas que mais nos interessam, considerando o propósito deste ensaio, ou seja, a crise do modo de intervenção (função econômica e social) e a crise de governança (fiscal e burocrática).

Crise do Modo de Intervenção, Crise de Governança e Reforma da Administração do Estado

As transformações na sociedade brasileira e no cenário mundial (democratização político-social, aumento das desigualdades, desenvolvimento tecnológico, crise econômico-fiscal, globalização), “colocou em cheque o modelo de Estado” (ENAP, 2002).

A crise do modelo de Estado manifestou-se, principalmente, como crise do modo de intervenção do Estado na sociedade e como crise de governança. Vejamos, em grandes linhas, suas características.

Conforme estudos da ENAP – Escola Nacional de Administração Pública:

A crise do modo de intervenção do Estado se manifestou quando a estratégia de crescimento econômico pautada no modelo de substituição de importações provocou perda de competitividade e alocação ineficiente de recursos da economia. Ela representa também a crise da dimensão social do Estado, que não consegue atender completamente as necessidades sociais da população. (ENAP, 2002)

A crise de governança, entendida como a crise da capacidade de formular e implementar políticas públicas, ou seja, de planejamento e gestão do Estado, manifestou-se em duas vertentes principais, sendo, a fiscal e a burocrática:

A crise fiscal do Estado teve cinco ingredientes inter-relacionados: 1) déficit público bastante elevado e insolvente; 2) dívida pública interna



e externa bastante elevadas, com alto custo de rolagem; 3) poupança pública negativa ou muito baixa; 4) falta de crédito do Estado, e 5) falta de credibilidade do governo perante os agentes financeiros e produtivos.

A crise do modelo burocrático de gestão do Estado ficou patente quando os rígidos mecanismos de controle demonstraram-se ineficientes para administrar um Estado que se tornou grande e complexo, em um contexto que demandava maior capacidade de gerar resultados e agilidade na tomada de decisões dos administradores públicos.

A busca de neutralidade, impessoalidade e racionalidade no aparato estatal acabou por gerar uma imensa estrutura, isolada da sociedade e voltada para si mesma, incapaz de enfrentar as mudanças do ambiente. (ENAP, 2002)

A partir da emergência das crises mencionadas, e da insustentabilidade instalada, o tema reforma do Estado, ou melhor, reforma do aparelho e da gestão do Estado ganhou destaque nos planejamentos dos governos, em níveis federal, estadual e municipal, evidentemente, não de maneira uniforme e generalizada.

Alguns autores propõem uma classificação em gerações – primeira e segunda – para as plataformas de mudança. O fato é que o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado – PDRAE, de 1995, implementado pelo Governo Federal, foi marco fundamental do processo de reconstrução administrativa do Estado, e de uma nova visão:

[...] reforçar a governança - a capacidade de governo do Estado - através da transição programada de um tipo de administração pública burocrática, rígida e ineficiente, voltada para si própria e para o controle interno, para uma administração pública gerencial, flexível e eficiente, voltada para o atendimento do cidadão. (PDRAE, 1995)

A agenda de inovações, de redefinição de papéis e organizações, do PDRAE foi chamada pelos próprios arquitetos do plano de “Administração Pública Gerencial”, sendo, portanto, uma perspectiva “gerencialista” (Marini & Martins, 2004).

Os princípios do inovador paradigma gerencial foram: orientação para o cidadão; transparência e controle social; responsabilização (accountability); participação cidadã; profissionalização do serviço público; flexibilização administrativa;

descentralização, e modernização tecnológica.

Os efeitos daquela onda de revisão e modernização, ou “Nova Gestão Pública” (CLAD, 1998), desencadearam uma significativa revolução silenciosa no setor público brasileiro, ainda em movimento, e, com muito por fazer.

No ano de 1999, sob o governo de um jovem empreendedor público, Marconi Perillo, Goiás deu início ao seu processo de reforma administrativa, dentro da abordagem gerencial. A partir das especificidades goianas, um “Modelo Integrado de Planejamento, Orçamento e Gestão” (PG/SEPLAN, 2004) foi desenhado, e vem sendo implementado, com avanços em termos de gestão e resultados de desenvolvimento.

O objetivo deste artigo é realizar uma abordagem conceitual preliminar sobre a tecnologia de gestão pública de Goiás, que, nesta reflexão, chamamos Governo Sistêmico.

Mas, antes de tratarmos propriamente do tema em análise, para melhor entendimento de nosso trabalho, é necessário fazermos referências a algumas questões relacionadas, a saber, Estado-Rede, Governança em Rede de Desenvolvimento e Governo Matricial.

Estado-rede, Governança em Rede de Desenvolvimento e Governo Matricial

A Teoria dos Sistemas estuda as redes, e foi, a princípio, concebida pela Biologia, e, posteriormente, aplicada a outros ramos do conhecimento, como a Administração, promovendo avanços científicos e tecnológicos de “abordagem sistêmica” (Chiavenato, 1983).

O conceito de rede, que pressupõe elos de integração, é, sem dúvida, apropriado para o entendimento da configuração dinâmica de uma “sociedade altamente especializada e interdependente” (Chiavenato, 1983).

Castells (1999) observando as conectividades do mundo contemporâneo, elaborou uma nova idéia, o Estado-rede, que, entre outras singularidades, se “caracteriza pelo compartilhamento da autoridade – capacidade institucional de impor uma decisão – no âmbito de uma rede de instituições”.

Pelo ângulo governamental, o Estado-rede pode ser compreendido como um *modus operandi* “concertador, ativador e direcionador das capacidades do mercado e da sociedade civil na direção do desenvolvimento” (Marini & Martins, 2004).

A capacidade do Estado de funcionar como articulador do desenvolvimento em rede (Estado-mercado-sociedade civil), com efeitos sistêmicos, multidimensionais (humano-social, econômico, científico-tecnológico, ambiental sustentável, político-institucional, democrático, regional e local), pode ser denominada de “governança em rede de desenvolvimento” (Goedert, 2005). Em virtude de alinhamento conceitual, chamamos à mesma idéia de governança sistêmica de desenvolvimento.

Evidentemente, a concreção desta governança é o grande desafio da gestão pública, pois pressupõe o enfrentamento de problemáticas complexas, transversais, e, principalmente, a implementação de um modelo governamental sinérgico, orgânico, interativo, flexível, participativo, com inteligência sistêmica.

Uma proposta de inovação, que apropriadamente queremos citar, é o modelo chamado “Governo Matricial”, desenvolvido por Marini & Martins (2004). Esta tecnologia de gestão baseia-se no estabelecimento de estruturas em rede para geração de resultados de desenvolvimento.

Orientado para a solução de problemas como a baixa capacidade de implementação e a fragmentação sistêmica, redutoras da governança em rede, a abordagem matricial prescreve, basicamente, os seguintes passos:

- revigorar o planejamento governamental, como processo de construção do futuro que tem um lado técnico e outro político.
- dotar a agenda estratégica de coerência, integrando programas e metas de desenvolvimento.
- alinhar a arquitetura governamental com a agenda estratégica de governo, conectando programas e organizações, tendo como unidade de gestão a rede de nós implementadores (alinhamento horizontal e alinhamento vertical).
- implantar a Central de Resultados, para gerenciamento intensivo de programas de forma integrada com o gerenciamento de organizações, e, ainda, como *locus* de contratação, acompanhamento e avaliação de resultados.

Conforme Marini & Martins (2004), “a implementação de um sistema de gestão para resultados nos moldes do Governo Matricial [...] proporcionará uma substancial melhoria e integração do controle gerencial de resultados.”

Governo Sistêmico: Uma Tecnologia Goiana de Gestão em Rede

Uma tecnologia ou modelo administrativo é um todo, integrado e articulado, de princípios, políticas, objetivos, enfoques, conceitos, metodologias, processos, instrumentos, desenho de estruturas, ou seja, um sistema de gestão organizacional.

Um governo é uma rede de organizações, que, por ser o Poder Executivo em exercício, tem caracteres específicos de contornos políticos, legais, administrativos, institucionais, orçamentário-financeiros, patrimoniais, diferenciando-se, de modo especial, na tipologia das organizações.

O Governo de Goiás, no ano de 1999, ativou uma agenda de transformação da forma de administrar o Estado, orientada pelos paradigmas gerencial e “empreendedor” (Osborne & Gaebler, 1995).

O “Modelo Integrado de Planejamento, Orçamento e Gestão”, nome oficial, tem parâmetros de governança sistêmica de desenvolvimento, de governo em rede. Assim, nesta abordagem conceitual preliminar, pretendemos destacar seus aspectos principiais, e, pela sua arquitetura, adotamos a expressão Governo Sistêmico.

A base do modelo goiano é o “Plano Estratégico Goiás Século XXI”, que se caracteriza por:

- Visão sistêmica: Goiás dentro do Brasil e do Mundo, estágio do desenvolvimento, futuro desejado de oportunidades, objetivo central.

- Estratégias Mobilizadoras: Estratégia 1- Indução do desenvolvimento econômico; Estratégia 2- Promoção do desenvolvimento social; Estratégia 3- Organização do desenvolvimento urbano, regional e ambiental sustentável; 4- Implementação da modernização da gestão pública; Estratégia 5- Articulação político-democrática, alianças e parcerias de desenvolvimento.

- Objetivos integrados: Estratégia 1- Desenvolver e fomentar a competitividade de Goiás no contexto da economia globalizada, enfrentando os desafios para produzir em padrões de eficiência em nível mundial, consolidando o Estado como pólo econômico regional; Estratégia 2- Criar condições aos goianos de acesso e facilidade de atendimento aos bens sociais e ao mercado de trabalho, permitindo o pleno exercício da cidadania; Estratégia 3- Corrigir as distorções e os desequilíbrios regionais de crescimento, propiciando desenvolvimento ambiental, integrado e sustentável; Estratégia 4- Transformar a estrutura de governo, moder-



nizando, descentralizando e construindo um serviço voltado ao cidadão e ao incremento da eficácia e estabelecendo canais de comunicação com a população; Estratégia 5- Criar uma nova prática política e de governo que incorpore toda a sociedade em um novo Goiás, mais solidário e democrático.

O complemento do plano estratégico é o instrumento “Princípios de Governo”: 1- Governo de Probidade Administrativa: Dignificando o Poder Público de Goiás; 2- Goiás para Todos: Oportunidades Iguais para os seus Cidadãos; 3- Governo da Cidadania: Servindo o Cidadão e a Coletividade; 4- Governo de Visão: Apontando os Rumos do Futuro; 5- Governo Planejado; 6- Governo Descentralizado: Caminhando com Alianças e Parcerias; 7- Governo Empreendedor; 8- Governo Eficaz: Foco nos Resultados; 9- Governo Participativo e Democrático; 10- Governo Inovador.

Estes instrumentos-bússola, lembrando que palavra governo tem sua origem etimológica em um vocábulo que significa navegar, orientam o desenho e redesenho do modelo.

Na construção do modelo, o conceito de planejamento gerencial – que envolve formulação do plano, gerenciamento, responsabilização, instrumentos de orientação dos agentes e atualização permanente do plano – determinou a incorporação da “gestão por programas” orientada para objetivos, substituindo a tradicional administração por funções, aumentando a eficiência da ação governamental.

A gestão por programas consiste em trabalhar de forma cooperativa, cruzando as fronteiras organizacionais, estimulando a formação de equipes e de redes com um fim comum, sem esquecer que ela acontece num ambiente organizacional em que as estruturas verticais conservam sua validade. (ENAP, 2002)

Então, foi elaborado o primeiro PPA – Plano Plurianual – da história do Governo de Goiás, chamado “PPA 2000/2003 Goiás Século XXI” e, posteriormente, o segundo, “PPA 2004/2007 Goiás Século XXI – Avançar Mais”.

Hoje, PPA é o principal instrumento de planejamento do governo, estruturando as ações em programas, para o enfrentamento de problemas, o atendimento de demandas e aproveitamento de oportunidades de investimento. O programa é uma rede articulada de ações para o alcance de

resultados, com efeitos sistêmicos, mensurados pela evolução de indicadores.

Considerando a perspectiva de ciclo de gestão – planejamento, implementação, monitoramento, avaliação e revisão – o “Plano de Gestão do PPA 2004/2007 – Avançar Mais”, outro instrumento do modelo, apresenta soluções de alinhamento horizontal e vertical: equipe gerencial do programa, rede administrativa do programa, plano gerencial do programa, plano operacional da ação.

Para o enfrentamento de problemáticas complexas e, ainda, potencialização da sinergia, vem sendo desenvolvida uma metodologia de alinhamento transversal, de gestão intensiva em redes de programas: Rede de Proteção e Inclusão Social, Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente, Rede Goiás de Fomento à Micro e Pequena Empresa.

Vamos dar relevo, dentro do foco em exame, a alguns programas e projetos de alto efeito sistêmico para o governo:

- Programa Rede Goiás – Planejamento, Orçamento e Gestão: é a rede integrada dos Sistemas Estaduais de Planejamento, de Orçamento, de Modernização da Gestão, de Qualidade e de Estatística, Pesquisa e Informação. Seu objetivo é promover a integração e articulação do governo, desenvolvendo as funções de planejamento, orçamento, modernização da gestão, qualidade e estatística, pesquisa e informação, consolidando uma administração pública moderna e empreendedora.
- Projeto GIS – Gestão Integrada de Sistemas: é um projeto que busca assegurar a integridade das informações envolvidas no ciclo de planejamento e execução orçamentária e financeira, através da integração dos sistemas corporativos do governo: PPA-NET, SEONET, SIGEPLAN, SYSCORE E AVALIAÇÃO. Seus objetivos são garantir a confiabilidade e compatibilidade de informações; reduzir o re-trabalho; elaborar, monitorar e avaliar os programas do PPA; apoiar os processos de tomada de decisão; viabilizar transparência e responsabilização; otimizar recursos; interagir governo e cidadão.
- Projeto PNAGE Goiás: é um conjunto metodológico de ações, de efeitos trans-

versais, que estão sendo implantadas no Estado, em parceria com o Governo Federal e Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para ampliar a modernização da gestão e do Planejamento. Seu objetivo é melhorar a efetividade e a transparência institucional da administração pública, mediante a integração otimizada das funções planejamento, orçamento e gestão, a fim de alcançar uma maior eficiência do gasto público.

- Programa Qualidade Goiás: são ações para implementação de sistemas de gestão pela qualidade nas organizações do governo, através da disseminação de conceitos, ferramentas e práticas padrão, mudando positivamente valores e premiando os melhores resultados. Seu objetivo é alcançar a excelência do desempenho governamental, focado em resultados e orientado para o cidadão.
- Projeto SEPLAN ISO 9001/2000: é o Sistema de Gestão da Qualidade da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento – SEPLAN, certificado (BVQI) de acordo com a Norma ISO 9001:2000. Seu objetivo é garantir a qualidade dos serviços, com redução de custos, benefícios para colaboradores, maior integração intersetorial e amplas oportunidades de treinamento. Enfatizamos que se trata de uma inovação, sendo a única secretaria do planejamento certificada na América do Sul.

Ademais, existem outros programas e projetos, em desenvolvimento, de concepção sistêmica, como o Programa Vapt Vupt – Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão, Programa de Capacitação e Profissionalização do Servidor Público – Escola de Governo, Programa de Apoio à Gestão dos Órgãos Estaduais, Programa de Modernização do Uso da Tecnologia da Informação, Programa Estadual de Regulação, entre outros.

Os resultados concretos deste Governo Sistêmico podem ser conferidos, notavelmente, no instrumento “Relatório de Realizações / Avaliação Governamental” que é encaminhado, todos os anos, pelo Governo de Goiás, via Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento, à Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, numa prestação pública de contas à

sociedade goiana.

Concluindo, podemos observar que Goiás vem implementando um modelo de abordagem sistêmica aplicada à gestão pública, que, certamente, está orientado pela busca do aperfeiçoamento contínuo, portanto, com muito ainda por realizar. Avançar na construção da dignidade da pessoa humana, no pleno exercício da cidadania é o grande desafio.

Referências

- CASTELLS, Manuel. Para o Estado-rede: globalização econômica e instituições políticas na era da informação. *In: Sociedade e Estado em Transformação* (Luiz Carlos Bresser, Jorge Wilhelm e Lourdes Sola, Orgs.): UNESP, 1999.
- CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à Teoria Geral da Administração: 3ª ed., McGrawhill, 1983.
- ENAP – Escola Nacional de Administração Pública. Novo Modelo de Planejamento, Orçamento e Gestão: ENAP, 2002.
- CLAD – Centro Latino Americano de Administração para o Desenvolvimento. Uma Nova Gestão Pública para América Latina, 1998. Disponível em: <http://www.clad.org.ve/fulltext/ngppor.pdf#search=%22nova%20gestao%20publica%20pra%20america%20latina%22>. Acesso em Agosto de 2006.
- GOEDERT, Adriano Rogério. Governança em Rede de Desenvolvimento e a Experiência em Santa Catarina, 2005. Disponível em: <http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/6819.pdf#search=%22governan%C3%A7a%20em%20rede%20de%20desenvolvimento%22>. Acesso em Agosto de 2006.
- MARIOTTI, Humberto. Complexidade e Pensamento Complexo, 2000. Disponível em: <http://www.geocities.com/pluriversu/introduct.html>. Acesso em Agosto de 2006.
- OSBORNE, David e GAEBLER, Ted. Reinventando o governo: como o espírito empreendedor está transformando o setor público: 7ª ed., MH Comunicações, 1995.
- PDRAE – Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/PLANDI.HTM. Acesso em Agosto de 2006.
- SEPLAN – Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento. Plano de Gestão – PG / PPA 2004-2007. SEPLAN, 2004.
- VALENTE, Arnoldo. Governo Empreendedor e Estado-rede na Gestão Pública Brasileira, 2001. Disponível em: <http://www.flem.org.br/cadernosflem/CadernoArtigos.asp?IdtCaderno=1>. Acesso em Agosto de 2006.



Análise das Empresas de Transporte Rodoviário de Passageiros Intermunicipal do Sul do Estado de Goiás



Meirielle Franca
Amaral*



Kalinka Martins da
Silva**

Resumo: O presente trabalho analisa as empresas do setor de transporte rodoviário de passageiros regular intermunicipal do Sul do Estado de Goiás, tendo como foco a identificação da estrutura de mercado em que as empresas estão inseridas, as leis que regulamentam o setor, e uma pesquisa de satisfação dos usuários. O transporte é um serviço público de responsabilidade do Estado que concede a exploração a empresas privadas ou públicas e exerce a função de regulação, controle e fiscalização do setor. A regulamentação é justificada economicamente pela característica monopolista do mercado de transportes rodoviário. A satisfação do cliente é o principal parâmetro que as agências reguladoras utilizam para otimizar o serviço, ela é medida pela função do desempenho percebido e da expectativa do consumidor. Portanto, considerou-se as entrevistas como sendo a melhor forma de obter dos usuários as informações quanto à qualidade do serviço ofertado, empregando na pesquisa os itens, pontualidade no embarque e desembarque, número de horários e linhas disponíveis, cordialidade e respeito dos motoristas e dos seus colaboradores, lotação dos veículos, higiene nos ônibus, terminais e paradas, tempo de espera nos terminais e segurança durante a viagem. Em vista disso, o trabalho quantifica e discute os aspectos mais relevantes que envolvem o setor de transportes no Estado de Goiás.

Palavras-chaves: transporte, qualidade, satisfação e concessão.

1. Introdução

O setor de transporte intermunicipal de passageiros é identificado como um segmento de grande importância para o deslocamento de passageiros no Estado. Assim, o interesse desse estudo é tentar identificar um parâmetro que possa ser utilizado para medir a satisfação do consumidor quanto à prestação desse serviço.

Segundo a lei nº. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, vigora que toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, considerando serviço

adequado, aquele que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia na sua prestação, sendo imprescindível que as empresas concessionárias na adequação de seus recursos à execução dos serviços visem à satisfação total do cliente.

Ao Estado cabe a responsabilidade de ofertar os serviços públicos. Quando o poder público transfere a realização desses serviços para terceiros, configura-se uma concessão. O transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros é um desses serviços que o Estado concede a exploração para uma entidade da iniciativa pública ou privada e permanece com as funções de regulação, controle e fiscalização.

O Estado cessa a gestão direta do serviço concedido criando porém, mecanismos com o objetivo de regular e acompanhar as atividades delegadas, segundo procedimentos preestabelecidos. A agência responsável no Brasil para regular e fiscalizar os serviços de transporte é a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestre). No Estado de Goiás, a regulamentação do serviço de transporte coletivo de passageiros é efetuada pela AGR (Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos). Seu objetivo é dar maior garantia aos cidadãos/usuários, assegurando condições mínimas de segurança e combatendo o transporte clandestino de passageiros.

Com base nessa concepção o presente trabalho visa à análise das empresas do setor de transporte rodoviário de passageiros regular intermunicipal avaliando a qualidade dos serviços prestados, apontando se o usuário deste meio de transporte encontra-se satisfeito e os requisitos em que a prestação do serviço é deficitária.

* Bolsista PBIC/UEG do Projeto de Iniciação Científica – aluna do quarto ano do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Goiás – Unidade de Itumbiara/GO, meirielle.franca@pop.com.br

** Professora do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Goiás/ Unidade Itumbiara, kalinkamartins@yahoo.com.br



2. Estrutura de Mercado e Leis que Regulamentam o Setor

O *mainstream* da literatura econômica considera a estrutura de mercado definida como concorrência perfeita a única possível de maximizar o bem-estar. Essa estrutura é definida como muitos vendedores e compradores, tecnologia dada, livre saída e livre entrada; o que impede que os vendedores possam restringir a oferta e aumentar o preço acima do nível de equilíbrio (dado pelas interações das curvas de oferta e demanda). Neste sentido o “mercado” é o melhor alocador de recursos.

Assim, as empresas que prestam os serviços de transporte atuam em mercados caracterizados como monopólio e/ou oligopólio. Segundo PINDYCK e RUBINFELD (2005), o monopólio é um mercado no qual existe apenas um vendedor, mas muitos compradores; na qualidade de único vendedor o monopolista tem o completo controle sobre a quantidade de produto que será colocada à venda, e o preço que será cobrado. No oligopólio, existem mais de uma empresa atuando no mercado, mas como no geral são poucas, essas empresas na verdade atuam como monopolistas, por meio da cartelização do mercado.

Em decorrência do poder de monopólio (capacidade de ficar o preço acima dos custos marginais) os preços praticados por essas empresas são mais altos e a quantidade dos serviços pode ser mais baixa. É bem provável que isto ocasiona uma piora do bem-estar dos consumidores e uma melhora da situação da empresa, PINDYCK e RUBINFELD (2005).

Esta característica do mercado como monopolista é o que justifica economicamente a regulação. Para SILVEIRA (2000), entende-se a regulação como sendo a conformidade com as regras que garantem a competição quando há falhas de mercado, e este por si só, não é capaz de assegurá-la. A regulação setorial é justificada para atuar sobre estruturas de mercado constituídas, em especial, pelos monopólios naturais.

Os dispositivos de regulação são indispensáveis para que os consumidores fiquem preservados de um eventual abuso de poder de mercado proporcionado pela posição de monopólio exercida.

De acordo com SILVEIRA (2000), os objetivos da regulação setorial são: incitar a eficiência econômica nos mercados, entendida como geradora de custos e preços menores e; evitar condutas que possam prejudicar o consumidor.

Apesar da regulação setorial por parte do governo, o setor de transportes é marcado pela ausência de competição e concentração econômica. Todas as linhas pesquisadas são estruturalmente monopólios. A falta de concorrência dificulta a ampliação da qualidade na prestação de serviços e a cobrança de uma tarifa mais baixa por parte das empresas. Conforme ANGHEBEN e MOROSO (1998), o coeficiente tarifário é calculado pela divisão do custo total (insumos incorridos + PIS/ FINSOCIAL + ICMS) por quilômetro pelo produto, entre o aproveitamento e a lotação do veículo. Este coeficiente irá compor o cálculo do preço da passagem.

Também foi constatado que existem uniões empresariais entre os grupos, que se apresentam ao público como supostamente competidores. Um exemplo em Goiás seria as empresas coligadas, Nacional Expresso, Viação Estrela e Rotas, um grupo societário que opera diversas marcas fantasia escondendo a concentração real e mantendo entre si um disfarce de competição. Estas ligações escapam à ação da ANTT e aos órgãos do Ministério da Justiça obrigados a inibir a concentração econômica.

Em 2005, a revista Carta Capital divulgou uma reportagem mostrando que as características desse mercado chamaram a atenção do TCU (Tribunal de Contas da União), e que o mesmo identificou um emaranhado de empresas com proprietários em comum, formando uma barreira à entrada para novos concorrentes. Tal fato indica uma articulação entre as firmas, objetivando a redução de custos operacionais e o aumento da lucratividade.

O Superintendente de Serviços de Transportes de Passageiros da ANTT, José Antônio Schmitt de Azevedo, na revista Carta Capital (2005), diz que uma abertura genérica do mercado pode colocar em risco a saúde financeira das empresas, com prejuízos para usuários e para o Estado. “Algumas linhas do mercado não comportam competição, simplesmente deixariam de existir, deixando sem ônibus pedaços do Brasil”.

Assim, a regulação que deveria proteger os interesses dos cidadãos-consumidores, se mostra falha, facilitando a atuação concentradora e cartelizadora por parte das empresas que prestam esses serviços.

3 - Pesquisa de Satisfação

A pesquisa de satisfação dos usuários dos serviços prestados pelas empresas de transporte rodoviário intermunicipal do Estado de Goiás foi efetuada



entre os dias 10/09/2005 a 23/12/2005 para a investigação das necessidades e opiniões dos cidadãos. O trabalho foi desenvolvido junto às linhas regulares, nas cidades de Bom Jesus de Goiás e Cachoeira Dourada e ouviu 133 pessoas nesse segmento de transporte.

A pesquisa representa uma importante ferramenta para a análise do setor rodoviário de passageiros intermunicipal no Estado de Goiás, devido ao entendimento que esse setor é essencial para a população que transita dentro do Estado, além do mais a garantia de um serviço de qualidade e a preços considerados "justos" é necessário para o bem-estar dos cidadãos-usuário.

Para medir a percepção dos usuários em relação à qualidade de serviços de transporte foram utilizados os seguintes atributos: (definidos em pesquisa apresentada por ARAGÃO, e MARTINEZ, no IX ANPET - Congresso de Pesquisa e Ensino em Transportes).

A) **Confiabilidade:** o grau de certeza do usuário de que o ônibus chegará e partirá no horário previsto, tendo como características: pontualidade: é o conjunto do horário preestabelecido; regularidade: é o cumprimento do itinerário; horário disponível: é o tempo de operação ou funcionamento do sistema de transporte, ao longo do dia; número de linhas disponíveis: é o número de linhas colocadas à disposição do usuário;

b) **Conforto:** relaciona a satisfação do passageiro com o modo pelo qual está viajando, com as seguintes características: comportamento motorista/cobrador: diz respeito ao tratamento dispensado ao passageiro; lotação do veículo: é a densidade de passageiros (passageiro/m²); limpeza de ônibus, terminais, paradas: refere-se ao asseio destes locais;

c) **Acessibilidade:** representa a qualidade de acesso a ponto de parada mais próxima por onde passam os ônibus que vão ao destino desejado ou à sua vizinhança, tendo por características: ponto de parada ou terminal: maior proximidade; veículo x quilômetro: é a quantidade de ônibus em circulação multiplicado pela quilometragem de cada ônibus - densidade de linhas ou rotas; período de operação: é a duração da prestação do serviço ao longo do dia;

d) **Rapidez:** tempo de deslocamento entre origem e destino, caracterizado por: duração total de viagem: é o intervalo de tempo decorrido entre a origem até o destino; velocidade operacional durante a viagem: é a velocidade média predominante no siste-

ma; tempo de espera nos terminais: é o tempo gasto na espera até a chegada e partida do veículo;

e) **Segurança:** durante a viagem, diz respeito a acidente entre veículos, conflitos e assaltos no interior do veículo;

f) **Economia:** tem um desempenho importante, englobando as seguintes características: custo unitário de produção de transporte: é o valor de cada quilômetro de transporte produzido e tem grande influência no cálculo da tarifa; preço da passagem: é o valor da tarifa que o usuário paga em seus deslocamentos;

A medida de satisfação do cliente é o principal parâmetro que utiliza as agências reguladoras para otimização desse serviço. Segundo ANGHEBEN e MOROSO (1998) a satisfação do cliente é alcançada quando comparada à percepção da satisfação da performance de um produto ou serviço oferecido, sendo que se esta ultrapassar as expectativas do consumidor, ele sentir-se-á satisfeito. A satisfação do cliente somente será atingida por meio da conciliação dos relacionamentos existentes entre os fatores de produção, processos operacionais e pessoas envolvidas.

As empresas de uma maneira geral, utilizam-se de estratégias de melhoria da qualidade dos serviços para se manterem no mercado e garantirem o sucesso financeiro. Portanto, a preocupação com a opinião dos clientes em relação à qualidade está sempre presente, para que seja possível obter resultados mais satisfatórios, procurando adaptar e aperfeiçoar os serviços prestados de acordo com as sugestões e reclamações mais significativas expostas pelos consumidores e ajustando a disponibilidade de recursos para a execução dos serviços.

As empresas de transportes devem levar em consideração esses elementos e os aspectos que precisam ser cuidados para que se ofereçam serviços de alta qualidade. A excelência na prestação do serviço com o uso de uma base organizada de garantia de qualidade é definida como uma condicionante de mercado, podendo significar uma vantagem real na disputa pelos melhores e mais rentáveis segmentos.

Para enfatizar a opinião dos usuários quanto ao setor de transportes, atuando no fortalecimento da cidadania em Goiás, a AGR utiliza a ouvidoria, que é um serviço oferecido à população para receber críticas ou sugestões, e prestar informações referentes ao desempenho das concessionárias de serviços públicos regulados, controlados e fiscalizados pela mesma.



A AGR por meio de sua ouvidoria recebeu, durante o ano de 2002, quase 500 contatos de usuários a respeito do sistema de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros. Desses, a grande maioria queria fazer uma reclamação ou obter informações. Quanto ao tipo das reclamações, a maioria se referia a desrespeito ao usuário (42%), enquanto o descumprimento de planilhas operacionais foi apontado por 25% dos que ligaram na Ouvidoria durante o ano passado para registrar queixas.

Neste trabalho também foi analisada a questão referente à atenção, à cordialidade e ao respeito dos motoristas e de seus colaboradores para com os usuários do setor de transportes. Verificou-se que apenas 7,52% dos entrevistados afirmaram haver desrespeito¹ por parte dos funcionários das empresas concessionárias com os usuários do transporte rodoviário, sendo que o maior índice foi encontrado na linha de Uberlândia a São Simão, com 2,26%, uma linha interestadual que atende aos municípios goianos.

Quanto à distribuição dos usuários do setor de transportes rodoviário intermunicipal por sexo, a investigação mostrou que não há diferença estatisticamente significativa entre as amostras masculina e feminina entrevistadas. A população amostral masculina compreendeu 50,38%, enquanto, a feminina abrangeu 49,62%.

Para o quesito de eficiência operacional, medido pela pontualidade², tanto de embarque quanto de desembarque, o referido trabalho apresentou que 33,46% dos usuários encontram-se insatisfeitos em relação ao cumprimento de horários de operação das linhas de transporte rodoviário. Sendo que o pior índice (35,34%) ficou com a questão de que a viagem não corresponde ao tempo programado pela empresa.

Também foi constatado que as empresas executam os serviços das linhas quase todos os dias da semana, mas deixam a desejar quanto à disponibilidade de horários, a maioria das linhas conta com apenas um ou dois horários para a viagem.

¹ O índice de desrespeito foi medido de acordo com a opinião dos usuários, pelo somatório da quantidade de motoristas que não tratam os passageiros com cordialidade mais o somatório da quantidade de colaboradores que não são educados com os usuários de transporte rodoviário vezes cem e dividido pelo número total de entrevistas vezes dois.

² O índice de pontualidade foi medido de acordo com a opinião dos usuários, pelo somatório da quantidade de ônibus que não chega no horário previsto para o embarque mais o somatório da quantidade de viagens que não correspondem ao tempo programado pela empresa vezes cem e dividido pelo número total de entrevistas vezes dois.

É proibido o excesso de lotação nos veículos de transporte rodoviário. Em caráter geral, os limites de lotação indicados nos ônibus são válidos e indicam se há, ou não, excesso de passageiros. Nesse quesito, 25,56% dos usuários entrevistados afirmam ter andado em ônibus superlotado nos últimos doze meses, com o índice-teto de 57,14% na linha de Itumbiara a Rio Verde, da permissionária Nacional Expresso.

A falta de higiene em âmbito geral ameaça a saúde dos indivíduos. Essa afirmação vale também para o caso dos ônibus, dos terminais e dos pontos de parada. De acordo com as declarações dos usuários, 81,20% dos veículos atendem aos cuidados de higiene. Embora, a pesquisa tenha mostrado que 34,48% das opiniões levantadas julgaram não haver os cuidados de higiene necessários na linha interestadual de Uberlândia a São Simão.

O trabalho também ponderou o tempo de espera nos terminais durante as paradas dos veículos. Na média geral, 33,83% dos passageiros questionados entendem que há intervalos excessivos, com a linha da empresa Transcol de Uberlândia a São Simão, atingindo 82,76% que consideram longo o tempo das paradas dos ônibus.

A construção de propostas de medidas de prevenção de acidentes no setor de transportes constitui uma preocupação do governo, pois o problema afeta de forma direta e indireta toda a sociedade brasileira. Por meio de medidas operacionais e estruturais o governo desenvolve políticas para a prevenção de acidentes em todo o setor de transportes, incluindo o tema do presente trabalho – o transporte rodoviário intermunicipal. As medidas operacionais compreendem a fiscalização de caráter repressivo e a comunicação, por meio de propagandas. Entre as medidas estruturais estão as mudanças na legislação de trânsito e as políticas educacionais. Na pesquisa realizada, 79,70% das pessoas que utilizam o transporte rodoviário acham a viagem segura.

Ressalta-se ainda que nenhum dos veículos que prestam serviços para as linhas pesquisadas possui equipamento de monitoramento para inibir assaltos.

Além dos itens abordados no questionário, os entrevistados indicaram outros problemas alusivos ao transporte rodoviário, como: condição precária das estradas; direção perigosa dos motoristas; preço elevado da passagem de ônibus e a falta de linhas que atendam determinadas localidades.

A pesquisa realizada em 2005 pela Confederação



Nacional dos Transportes e divulgada pela ANTT constatou que “nada menos que 72% das rodovias federais brasileiras, assim como parte de algumas rodovias estaduais, estão em situação ruim, péssima ou deficiente... Mais de 59.000 quilômetros apresentam algum grau de imperfeição, seja no estado de conservação, seja na sinalização”.

Quanto à direção perigosa dos motoristas que trabalham no setor de transportes rodoviário, foram ressaltadas irregularidades funcionais como a falta de concentração, responsabilidade e o desrespeito às leis do trânsito, provocando uma viagem agitada e insegura.

Alguns usuários destacaram que o preço da passagem de ônibus regular é caro. O cálculo do reajuste tarifário feito pela ANTT é baseado nos custos com diesel, pneus e outros insumos. Mas, se a empresa melhorar o perfil de seus gastos com aumento de produtividade ou a diminuição de despesas decorrentes de avanço tecnológico ou soluções técnicas inovadoras, ela consegue rendimentos extras que podem ou não, ser repassados para as tarifas em benefício dos usuários. Uma tentativa de melhorar esse quadro foi a campanha Tarifa Cidadã, realizada em 2005 pelo Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte Público de Qualidade para Todos (MDT), negociando com o pacto federativo para garantir o barateamento das tarifas praticadas no setor.

O sistema de transportes rodoviário intermunicipal do Estado de Goiás é deficiente em linhas para algumas localidades. Um exemplo é a impossibilidade de realizar uma viagem diretamente de Bom Jesus de Goiás para Catalão (GO).

Considerações Finais

O setor de transportes é operado por empresas da iniciativa privada e regulado pelo Estado. Essa regulação se explica devido à essencialidade do serviço e a estruturação do mercado na versão monopolista e tem a função de zelar pela eficiência econômica nos mercados e impedir condutas que possam lesar o consumidor.

Durante as pesquisas foram encontrados os seguintes índices de ineficiência no setor: 7,52% de falta de cordialidade dos motoristas e colaboradores; 33,46% de descuido com a pontualidade; 5,56% para superlotação; 18,80% de carência de higiene; 3,83% para tempo longo de espera nos terminais; e 20,30% de falta de segurança durante as viagens.

Conclui-se, portanto, que os pontos de atuação em que é preciso maior aprimoramento são pontualida-

de e tempo de parada nos terminais, devido aos altos índices de ineficiência encontrados nesses itens.

Buscando também respeito aos limites máximos de passageiros permitidos, melhor distribuição de linhas para atendimento de toda população, maior atenção à segurança durante as viagens com a construção de propostas de medidas de prevenção de acidentes no setor e fiscalização do trabalho dos motoristas evitando irregularidades funcionais.

Ressalta-se ainda, a falta de monitoramento contra assaltos nos veículos, preço alto das passagens, má situação das estradas, falta de linhas que atendam determinadas localidades e direção perigosa dos motoristas. E a necessidade de maior eficiência quanto à regulamentação do setor para garantia da essencialidade do serviço público em proporcionar bem-estar aos usuários, com maior quantidade de linhas e horários e melhores preços.

Referências

- AGR-Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização dos Serviços Públicos. Disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.agr.go.gov.br/>. Acesso em 30 de março de 2006.
- ANGHEBEN, Mônica Bischoff. MOROSO, Karla F. Transporte Intermunicipal de Passageiros. Disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.agergs.rs.gov.br/>. Acesso em 16 de fevereiro de 2006.
- ANTT. Agência Nacional de Transportes Terrestres. Disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.antt.gov.br/>. Acesso em 16 de fevereiro de 2006.
- ARAGAO, J. J. G., MARTINEZ, M. C. A. A Interação entre Prepostos e Passageiros como Momento de Qualidade nos Serviços de Transporte Coletivo Urbano: Um Estudo de Caso no Distrito Federal In: IX Congresso de Pesquisa e Ensino em Transportes Anais. São Carlos, SP, 1995. v.2.
- PINDYCK, S. R. e RUBINFELD, D. L. Microeconomia, São Paulo: Makron Books, 2005.
- PIRES, J. C. L. e PICCININI, M. S. A Regulação dos Setores de Infra-Estrutura no Brasil. [online] Disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.bndes.gov.br/>. Acesso em 02 de maio de 2006.
- SILVEIRA, Joyce Perin. Reestruturação das Indústrias de Infra-Estrutura Energética: Um Estudo sobre a Convergência da Regulação de Monopólios e Defesa da Concorrência. [online] Disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.gee.ie.ufrj.br/>. Acesso em 18 de maio de 2006.
- WEBER, Luiz Alberto. Os donos da Estrada. In: Carta Capital, 23 de março de 2005.



Normas para publicação de artigos

O **Boletim Conjuntura Econômica Goiana**, editado pela Superintendência de Estatística Pesquisa e Informação, da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás (SEPLAN), aceita colaborações originais, em português, sob a forma de artigos versando sobre aspectos econômicos e sociais de Goiás.

Os artigos são submetidos à apreciação do Conselho Editorial e os autores são, a seguir, informados sobre a viabilidade ou não da publicação de seus trabalhos.

Padrão para envio de artigos:

- Resumo contendo no máximo 10 linhas e palavra-chave;
- Formato A4, espaço 1,5, com margens de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12, máximo de 10 e mínimo de 4 páginas, incluindo notas, tabelas, gráficos e referências bibliográficas;
- Identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome das instituições a que está vinculado, além de endereço para contato, e-mail e telefone;
- Cópia impressa e arquivos magnéticos editados em Word, que devem ser entregues à SEPIN, ou cópia magnética enviada para o e-mail: conjuntura-goiana@seplan.go.gov.br;
- Tabelas, ilustrações ou gráficos (formato Excel) com legendas numeradas e apresentadas no corpo do texto;
- Notas de rodapé explicativas ou complementares curtas, numeradas em ordem seqüencial;
- Citações, até três linhas, entre aspas, na seqüência do texto; com mais de três linhas, apresentadas em outro parágrafo, com avanço de 1cm e fonte de tamanho 10, sem aspas, preferencialmente identificadas pelo sistema autor-data (NBR. 10.520 da ABNT);
- Referências bibliográficas completas e precisas, segundo as normas para Referências Bibliográficas NBR 6.023, da ABNT.

Os artigos publicados são de responsabilidade dos autores e não refletem a opinião da SEPLAN.

É permitida a reprodução e/ou citação, desde que citada a fonte.

Envie-nos seu artigo



Sepin
Superintendência de Estatística
Pesquisa e Informação

